

**AUDA APARECIDA DE RAMOS**

**A GESTÃO NOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ  
FRENTE AOS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS  
PEDAGÓGICOS DE CADA CENSE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão de Centro Socioeducativo, pelo Curso de Gestão em Centro Socioeducativo, realizado pelo Setor de Educação da UFPR, em convênio com a Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ

Orientador: Prof. Dr. Gracialino da Silva Dias

**Curitiba  
2010**

"O adolescente é um viajante que deixou um lugar e ainda não chegou no seguinte (...)."

Silvia Losacco

"É na esfera política e pública que realizamos a nossa condição humana."

Hannah Arendt

## Agradecimentos

Aos gestores dos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná que generosamente socializaram sua prática:

Adilson José dos Santos – CENSE Umuarama

Alex Sandro da Silva – CENSE Fazenda Rio Grande

Esther Victória Cantilon M. Maurutto - CENSE Fênix

Ricardo Peres da Costa – CENSE Maringá

Ricardo José Deves – CENSE Toledo

Aos professores e coordenação do Curso que nos transmitiram conhecimento, respeitando nossos limites.

E especial ao Prof. Dr. Gracialino da Silva Dias, que habilmente lançou luzes a esta produção.

*Dedicatória*

*Ao meu primeiro professor, meu pai!*

*“...Mineiro de profissão, madrugava nas minas de carvão, e quando retornava, mesmo cansado pelo árduo trabalho, sempre encontrava tempo e disposição para me ensinar. Mais do que as letras e números, com sua presença, me ensinou a ler o mundo com olhos de esperança, me deu a chance de viver a infância e ter a possibilidade de sonhar e construir um futuro!”*

## RESUMO

O presente estudo monográfico, de natureza exploratória, centra-se na análise dos instrumentos de gestão existentes nos Centros de socioeducação no Estado do Paraná. Questiona-se em que medida o gestor vem valorizando e viabilizando instrumentos para uma gestão democrática. Entendida aqui como resultado de uma construção coletiva alicerçada numa perspectiva dialógica de hegemonia e trabalho consentido e aceito em que a relação entre dirigente e dirigido se expresse sob o conceito de liberdade, de autonomia de ambas as partes e, portanto de autoridade e não autoritarismo. Enfatiza-se, ainda o repensar da ação socioeducativa enquanto prática de cidadania que favoreça a autonomia pessoal e social, dando visibilidade ao adolescente que temporariamente cumpre uma medida socioeducativa com privação de liberdade, de forma em que haja real prevalência da medida educativa sobre a punitiva.

Palavras-chaves: gestão democrática, projeto político pedagógico, cidadania

## SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - Bases conceituais da socioeducação	
1.1. Adolescência	8
1.2. O adolescente perante a Lei	10
1.3. Acesso ao público e o contexto da internação	11
1.4. O trabalho educativo	15
Capítulo 2 - A gestão de acordo com os pressupostos do SINASE	25
Capítulo 3 - A gestão da socioeducação: um estudo sobre os documentos de definição dos Centros de Socioeducação no Paraná	31
Considerações Finais	36
Referências Bibliográficas	42
Anexos	45

## INTRODUÇÃO

“Também não se pode dizer com exatidão que os tempos sejam três: passado, presente e futuro. Dever-se-ia dizer mais propriamente que há três tempos: um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes e um presente das coisas futuras... o presente das coisas idas é a memória. O das coisas presentes é o olhar. E o presente das coisas futuras é a esperança.”

Santo Agostinho

A motivação para esta pesquisa nasce do processo ação-reflexão; não de uma prática fechada em si mesma, mas que busca no saber e em seu desenvolvimento, enriquecendo o processo inicial para dar vez a uma prática mais eficaz. E, considerando a prática como um fazer entrelaçado por vários saberes, vamos como Penélope<sup>1</sup> construir e desconstruir ponto a ponto, na intenção de que quem conta uma história acaba por contar muitas outras histórias, que se entrelaçam e se constituem mutuamente.

Logo após concluir o curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta – UEPG (1994) – fui contratada pelo extinto Instituto de Ação Social do Paraná – IASP como Técnica em Assuntos Educacionais; passando a trabalhar na então Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR. Nessa função acompanhei a nível estadual o encerramento das atividades da Legião Brasileira de Assistência - LBA (extinta em 1 de janeiro de 1995, primeiro dia do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso), e o início da Descentralização da Política da Assistência Social no país; Um novo desenho dessa Política

---

<sup>1</sup> Personagem da mitologia grega. esposa de Ulisses. Enquanto o marido guerreava em terras e destino desconhecido, não sabendo se estava vivo ou morto, o pai de Penélope sugeriu que sua filha se casasse novamente. Mas ela, uma mulher apaixonada e fiel ao marido, recusou dizendo que o esperaria até a sua volta. Seu pai não recuou, insistindo para que a filha casasse. Diante da grande insistência, Penélope cede, prometendo que casaria após o término de sua tapeçaria. Assim durante o dia e aos olhos de todos tecia e à noite desmanchava os pontos.

começava a aparecer no cenário brasileiro. Os Municípios devidamente organizados através da criação de Fundos e Conselhos Municipais da Assistência Social passariam a receber e a definir seus recursos localmente, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993).

Durante esse período de organização municipal, e para que não ocorressem prejuízos nos atendimentos da população atendida, os recursos oriundos do Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS, seriam repassados através do Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS. Assim nascia o Núcleo de Convênios da SECR, responsável pelo gerenciamento desses Convênios oriundos de recursos até então repassados pela extinta LBA. Atuei efetivamente nessa equipe, desde os primeiros contatos à capacitação de Gestores Municipais no processo de criação de Fundos e Conselhos Municipais da Assistência Social.

Ainda na SECR, passei a compor a equipe da Assessoria Técnica, atuando mais diretamente no planejamento da Política Estadual de Assistência Social. Pude nesse percurso conhecer e participar da Política de Assistência Social de forma mais abrangente, no que concerne ao papel do Estado frente aos desafios de uma demanda cada vez mais crescente e o gerenciamento de interesses oriundos de cada município ou região.

Nesse período meu contato com a socioeducação era restrito às discussões de repasse de recursos e demandas municipais, visto que o trabalho pedagógico era orientado diretamente pelo IASP, enquanto órgão responsável pelo atendimento socioeducativo no Estado do Paraná. Somente em 2001 quando retornei à Secretaria de Estado da Educação é que comecei a tomar contato com a prática pedagógica de forma mais direta (antes disso, já havia atuado na área enquanto professora na região de Ponta Grossa – durante meu processo formativo).

A socioeducação começava a receber os primeiros profissionais da Secretaria de Estado da Educação - SEED, selecionados a partir de Editais, que estabeleciam critérios e condições para a seleção de professores. Os candidatos passavam por uma entrevista com representantes da SEED e IASP e análise de currículos e títulos. Até então os Centros socioeducativos contavam com apenas um profissional da educação que tinha a incumbência de preparar os adolescentes para os Exames de Equivalência e/ou Suplência ofertado pelo Estado. Esse profissional

poderia ser de qualquer área de ensino, indicado pela direção de um Centro Estadual de Educação Básica para jovens e adultos – CEEBJA.

Com o novo ordenamento legal se passa a garantir o atendimento educacional de forma direcionada, ou seja, as mesmas condições ofertadas no CEEBJA da comunidade deve se garantir ao adolescente em privação de liberdade. Ou seja, profissionais adequados pertinentes às diversas áreas, aulas coletivas e individuais de acordo com a carga horária prevista a cada disciplina. Bem como acompanhamento pedagógico realizado por uma Coordenação Pedagógica (professor/pedagogo) fixa ou itinerante.

Por esse caminho iniciei primeiramente na socioeducação na função de professora de séries iniciais, em uma unidade de internação. Permaneci por pouco tempo, sendo convidada a assumir a função de pedagoga no CEEBJA Mário Faraco, responsável pela oferta de escolarização às Unidades Penais na região de Piraquara – Pr.

A vivência no sistema prisional me trouxe inquietações, exigindo a retomada de leituras e algumas reflexões adormecidas *“Como conceber uma ação pedagógica num espaço tão impeditivo para a emancipação do sujeito”*? E não por acaso, tais questionamentos resultaram em novos estudos e ao Mestrado voltado à temática “Liberdade”.

Em 2006 ao retornar à socioeducação, através de outro Edital de Seleção de profissionais da SEED, assumi a função de Coordenação Pedagógica na mesma unidade de internação em que iniciei minha prática socioeducativa. Importante considerar que nesse caminhar também essa função era novidade na socioeducação. As Coordenações até então não eram centralizadas por unidade e os profissionais que assumiam não precisavam ser pedagogos.

Nesse reencontro com a prática socioeducativa, o choque ao detectar e refletir sobre a existência de singularidades e proximidades em posturas, procedimentos e concepções muito próximas daquelas aplicadas no sistema penal. Avançamos, sem dúvida, quanto a concepção do trabalho, a contratação de profissionais de outras áreas, a exemplo do pedagogo, mas durante o percurso dessa pesquisa e considerando um saber que vem da ação-reflexão não há nenhuma negação de que haja nos centros socioeducativos características de uma “instituição total”, dentro do conceito utilizado por Goffman (1974) da existência de

um controle, ou ainda, da necessidade de gerir o cotidiano de uma coletividade, na mesma medida, não há negação de que ocorra o processo que o mesmo autor denomina de “mortificação do eu”, que representa a morte social do sujeito.

O adolescente em sua vida pregressa tinha certa identidade ou status que lhe foram conferidos em seu grupo social, ao ser internado passa por um processo de “profanação do seu eu”, há uma imersão obrigatória, vista como compromisso para definição da natureza do participante. A orientação para aquilo que não é previsto significa ausentar-se do “*self-service*” que aquele mundo lhe oferece.

Essa programação que lhe é determinada pela instituição – e conseqüente desprogramação do sujeito, vai gerando informações para as interações entre os participantes. A ideia de pertencimento à instituição passa a existir de tal forma, que o sujeito se vê paralisado frente à regulamentação das interações que ocorrem nesse espaço. A instituição não apenas influi, mas acaba por definir essa interação, visto que dentro da unidade “comunicar-se ou não”, “acatar as orientações”, “realizar as atividades pedagógicas” implicam na aceitação das regras que refletem no cumprimento de sua medida e na sua “nova existência”. O não aceitar significa, portanto, isolar-se, negar-se a conviver nesse mundo institucionalizado, o que pode acarretar sua “retirada da convivência” também nesse mundo.

Soma-se a essa nova condição do interno nesse mundo “intramuros”, a relação de não confiança, ou seja, a vivência de “um perigo eminente”, ao ver no adolescente, apesar de sua condição de sujeito em desenvolvimento e, portanto uma pessoa que ainda está aprendendo a ser no mundo, alguém que pode cometer atos de perversidade indescritíveis.

Hannah Arendt (2003) ao considerar a questão da ação humana, evidencia como uma das características: a imprevisibilidade, ou seja, ao homem e somente ao homem foi dado o poder de criar e pensar e, portanto executar aquilo que nunca foi pensado ou imaginado. A ação é imprevisível, até mesmo para o agente, porque, após iniciado o processo, ela sucede de forma que o seu “iniciador” perde o controle sobre ela. Isto ocorre porque o agir individual encadeia-se com o agir dos outros seres igualmente livres, formando uma trama intrincada que não é mais dirigida por seu autor ou autores. A confluência das diversas ações forma os “assuntos humanos”, conhecidos em seu ponto de partida, mas imprevistos, e até inesperados, quanto ao seu final. Assim sendo, as ações humanas são ilimitadas,

isto é, os seus contornos não são distintos ou cognoscíveis, pois imersos na teia de relações, não há como impor-lhes demarcações precisas ou prever seus resultados, como ocorre no trabalho.

As relações na modernidade foram se modificando, ocasionando um distanciar-se e o não reconhecer-se no outro, tal o grau de perversidade que o homem é capaz de imputar ao seu semelhante pela perversão de seus desejos e valores. Tal vivência de “perigo eminente” nos centros socioeducativos de internação acaba por fortalecer medidas de segurança e de alerta dificultando ainda mais o desenvolvimento de uma proposta pedagógica baseada no diálogo e na confiança. Como construir e efetivar uma ação pedagógica onde a proposição de uma atividade de cunho educativo se concretiza através da obrigatoriedade de uma regra de convivência? Ou seja, como desenvolver tal prática pedagógica em um universo arquitetado num modelo frontal, tendo a determinação da instituição como foco do poder?

Nesse contexto institucional também estão postas outras relações de poder, que se insere no universo da divisão de trabalho das equipes, onde nem sempre está assegurada a participação democrática nas discussões e/ou no processo decisório das questões, de toda a equipe ou minimamente seus representantes.

Frente aos desafios cabe aos gestores possibilitar a construção de uma Proposta Pedagógica, enquanto instrumento de gestão real e não burocrático. Instrumento que represente a construção dessa coletividade em prol de uma ação pedagógica comprometida com o adolescente atendido, lançando o olhar para o seu regresso à sua comunidade de origem e não apenas enquanto interno.

Nessa construção se faz necessário que todos os envolvidos sejam ouvidos, somente assim a proposta não apenas existirá enquanto documento, mas se efetivará na prática de cada agente nesse processo socioeducativo.

Ainda, sobre o papel do gestor nessa construção consideramos dois pressupostos:

1º - A concepção de gestão democrática pressupõe um grau de autonomia e moral desenvolvido sob a perspectiva dialógica do trabalho e de hegemonia consentido e aceito em que a relação entre o dirigido e o dirigente se expresse de

modo sob o conceito de liberdade de autonomia de ambas as partes e, portanto de autoridade e não autoritarismo.

2º - A gestão democrática não tem um fim em si, mas ela é uma gestão democrática para que cada sujeito da instituição se manifeste em sua condição proativa de trabalhador, correspondendo a sua autogestão do seu trabalho para cumprimento dos fins do trabalho coletivo qual seja: a realização da socioeducação aos adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa de internação.

Acreditamos que a socioeducação no Estado do Paraná vem se construindo no cotidiano das ações, nos enfrentamentos de cada gestor aos desafios de vencer uma herança de um sistema enraizado em práticas punitivas decorrentes de uma história amarga de culpabilização e marginalização da criança e do adolescente no Brasil.

Fora do sistema, apesar do país vivenciar um ordenamento jurídico que contempla várias promessas de cidadania, sabemos que na prática ainda se encontram sujeitos alijados de acesso ao público. Sujeitos sem condições dignas de subsistência familiar, sem acesso a saúde, a moradia, a educação.

A socioeducação trabalha com esse extrato social, sendo para muitos adolescentes e famílias a garantia de acesso ao público. Ao ser internado o adolescente passa a ter visibilidade social, passa a ser sujeito de direitos, tendo acesso nessa condição ao Estado, enquanto Política Pública pela primeira vez. Discutir socioeducação é também falar de cidadania, de participação, de acesso à informação, de socialização, de respeito ao outro.

É considerando, portanto o contexto socioeducativo e a gestão propriamente dita que se pretende investigar os documentos de condução da gestão presentes nas instituições que atendem as medidas de internação e as formas adotadas para sua construção, bem como vem ocorrendo a comunicação entre as áreas governamentais que atendem ao adolescente: Saúde, Educação e Justiça e Cidadania, tendo como ponto de partida a ação e o olhar do gestor.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. Sendo:

Primeiro capítulo – traz as bases conceituais que compõem o universo da socioeducação: - adolescência; aspecto legal quanto ao ato praticado; o acesso ao público-cidadão; o caráter educativo da instituição.

Segundo capítulo – analisa a concepção de gestão e seus desdobramentos presente no SINASE.

Terceiro capítulo – traz a análise e resultados apontados na pesquisa quanto aos documentos de gestão; bem como os dados sobre como vem ocorrendo a comunicação entre as áreas governamentais, responsáveis pela Política de atendimento ao adolescente, conforme previsto no Sistema de Garantias de Direitos.

E, na sequência as considerações finais da autora que defende que a socioeducação necessita de mais pedagogia em seu cotidiano, para realmente haja a prevalência da ação educativa sobre a punitiva; Defende ainda, que o Projeto político-pedagógico – PPP, para além do caráter legal deve ser concebido pelos agentes de cada Centro Socioeducativo, através de uma relação dialógica, onde estejam presentes os embates de cada grupo, considerados de forma a valorizar os envolvidos não apenas na discussão, mas no processo decisório da ação educativa.

## Capítulo 1 – Bases conceituais da socioeducação

### 1.1. Adolescência

É impossível falar sobre o trabalho pedagógico voltado ao adolescente esteja este em conflito com a Lei ou não, sem reconhecer que trabalhar com adolescentes não é uma das tarefas mais fáceis, pois esta fase do desenvolvimento é entendida tanto popularmente quanto academicamente como um período de conflitos, onde o adolescente está em uma fase de transição para o mundo adulto.

Esse período traz consigo tanto mudanças fisiológicas como psicológicas. A complexidade fica maior quando se pensa na ampla gama de influências que esse adolescente é submetido na construção da sua identidade.

Para Knobel (1981), a adolescência é a fase ou processo em que o indivíduo se vê diante da necessária mudança, que se coloca de forma um tanto quanto dura e turbulenta muitas vezes. Essa fase põe a ele sérias questões que concerne à vida e a morte, ou seja, trata de uma transição que, consiste na morte do corpo infantil para o nascimento de um adulto.

Em Klein (1997) vemos que essa fase é como um momento de luta, ou melhor, um estado de guerra. O adolescente se põe e é colocado no campo de batalha sendo bombardeado por todos os lados, sendo ao mesmo tempo a sua arma e seu escudo, seu corpo físico e psíquico. Defronta-se com seus desejos e com certa dificuldade ou na maioria das vezes impossibilitado de realizá-los. Conseqüentemente nessa batalha seu corpo infantil deve ser dissolvido buscando-se assumir uma nova identidade, que surgirá desse confronto.

“Entrar no mundo dos adultos – desejado e temido – significa para o adolescente a perda definitiva de sua condição de criança. É o momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento que começou com o nascimento” (ABERASTURY. 1981. p.13).

Nessa concepção, a luta é por vezes feroz e com frequência vemos no campo os adolescentes provocadores e incompreendidos, avançando em direção ao mundo. A adolescência tem um caráter crítico, mas o que ocorre é que o adolescente nessa fase da vida ainda não tem bem definido qual é o seu papel. Há, contudo, constantes identificações com esse ou aquele papel, esse ou aquele modelo, ou seja, ao avançar no mundo, ao ser convidado a agir como adulto, pensar as coisas como adultos existirão certos tipos de pensamentos e ações que agradarão mais ou menos dando assim forma à identidade.

Osório (1991) faz uma distinção entre puberdade e adolescência. Para ele a puberdade é uma etapa biológica iniciando-se com a menarca (nas meninas) e a ejaculação (nos meninos). Já a adolescência é um momento gradual de amadurecimento psicológico e social. Considera ainda, que se antes a adolescência era meramente considerada uma etapa de transição entre a infância e a idade adulta é ela agora visualizada como uma faixa etária com características próprias e uma problemática toda peculiar.

A construção da identidade para Erikson (1976) é de caráter psicossocial e ocorre durante grande parte da vida dos indivíduos, sendo a adolescência o período crucial para essa formação. O homem, dessa relação, constrói a sua identidade, inteligência, emoções, medos, sua personalidade e etc.

Pode-se entender também, essa interação com o meio, como um sistema de trocas, que Lévi-Strauss (1976) relata como uma troca recíproca, onde há uma correspondência mútua. Assim sendo, o indivíduo desde o seu nascimento já está inserido neste sistema, que é relevante para a construção da sua identidade.

A adolescência é uma fase em que o indivíduo pode se tornar muito radical em seus posicionamentos em dados momentos, ou ainda entrar em conflito com instituições e autoridades, alternando isso, podem surgir momentos de insegurança e timidez.

O indivíduo encontra-se num momento em que seu corpo, seu desejo e o mundo lhe impõem um avanço, gerando, como diz Knobel (1981) em sua teoria uma entidade semipatológica, ou seja, um movimento normal dessa fase no sentido da vida adulta, propondo então uma síndrome normal da adolescência que tem em sua sintomatologia:

“Busca de si mesmo; tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; evolução sexual manifesta, que vai do auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta; atitude anti-social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constituía forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; uma separação progressiva dos pais e constantes flutuações de humor e do estado de ânimo” (KNOBEL, 1981, p. 10).

Knobel (1981) assume que há algo de patológico na adolescência, sendo essa uma fase com possíveis dificuldades, mas a visão proposta permite que se possa dar um novo direcionamento para a maneira como se observa e trata o adolescente. Ao invés de enxergar essa síndrome como algo ruim, deve-se vê-la como uma transição de fases procurando trabalhar no sentido de desenvolvimento humano.

## 1.2. O adolescente perante a lei

Volpi (2006) defende a idéia de que o envolvimento de adolescentes em atos ilícitos não deve ser incorporado como inerente à sua identidade de adolescente. Mas como conduta relacionada a circunstâncias de vida que pode ser modificada.

Nessa discussão o mesmo autor afirma a necessidade de se considerarem a dimensão pedagógica e as condutas dos adolescentes a partir de uma concepção na qual eles sejam entendidos como indivíduos em formação e respondam pelos delitos que cometerem não à luz do Código Penal, mas, com base nas medidas socioeducativas expressas na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Sabe-se que o ECA contrapõe se historicamente a um passado de controle e de exclusão social sustentado na Doutrina da Proteção Integral. Expressa direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à

sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e adolescência como portadoras de continuidade do seu povo e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo este atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos.

A adoção dessa doutrina em substituição ao velho paradigma da situação irregular (Código de Menores – Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979) acarretou mudanças de referenciais e paradigmas com reflexos inclusive no trato da questão infracional. No plano legal, essa substituição representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei e não mais um mero objeto de intervenção, como era no passado.

A mudança de paradigma e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ampliaram o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo e asseguram aos adolescentes que cometeram algum ato infracional oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Dessa forma, esses direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais que incluam o adolescente em conflito com a lei.

### 1.3. Acesso ao público e o contexto da internação

Ao receber uma medida socioeducativa que exige a privação de liberdade, o adolescente é encaminhado a um Centro de Socieducação. O período que permanecer interno estará submetido ao rigor da disciplina institucional, receberá atendimentos de serviços que em muitos casos lhe foram negados pela sociedade. Atendimentos esses na área da saúde (médico, odontologia...), da educação e da justiça.

Muitas famílias acabam ganhando visibilidade social, somente a partir do inevitável, ou seja, quando seus filhos já ausentes do sistema escolar, ganham espaço em noticiários ao cometerem o delito infracional. Famílias essas, em condição de vulnerabilidade social, marcadas pela ausência de políticas de acesso real, acabam por serem alijadas do espaço público.

Segundo Arendt:

“Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo, por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais. A nossa vida política baseia-se na suposição de que podemos produzir a igualdade através da organização, porque o homem pode agir sobre o mundo comum e mudá-lo e construí-la juntamente com os seus iguais”. (ARENDR, p. 335)

O mundo nessa concepção é justamente aquilo que surge dos contatos dos homens. A esfera pública e todo o aparato político que aí se erige não são dados por natureza, mas resultam de uma construção artificial pelos princípios da justiça e da igualdade mutuamente concedida.

Ao estar numa instituição de caráter fechado, o interno será acompanhado e controlado por vários “olhares”. Seguirá os horários de banho, alimentação, escola, atendimento dentário, médico, conforme regimento interno. Suas vontades e interesses pessoais estarão marcados pela nova coletividade. Seu comportamento será ditado pela rigidez da disciplina interna, que em determinadas instituições se manifestará desde a oração antes das refeições à indicação do lugar à mesa que lhe cabe. Não lhe restando em momento algum a opção social pelos grupos de amizades consentidas que marca a relação entre iguais.

Ao estipular uma rotina institucional se possibilita o olhar ao “todo”, ou seja, pelas disposições, é possível agora controlar e vigiar as individualidades. O que segundo Foucault(2001) constitui “uma microfísica de um poder que poderíamos chamar ‘celular’”.

Na análise foucaultiana do espaço escolar enquanto confinamento, comparando-o ao sistema penal, a presença de funcionários, que percorrem durante o intervalo todo o pátio onde os alunos se encontram, se coloca como uma vigilância nos momentos em que “teoricamente” os alunos estariam à vontade para conversar, brincar, etc. A simples presença dos funcionários funciona como um mecanismo

“disciplinador”, muitas vezes não percebido e por isso mesmo não refletido. São privados além da liberdade física, intelectual também.

A noção de estar sempre vigiado, controlado em todos os ambientes, mesmo que não seja percebido, nos faz lembrar o modelo do “panóptico” de Jeremy Bentham (1786) e descrito por Foucault ao estudar a Sociedade Disciplinar (1997). Embora na escola sempre haja alguém que possa ser percebido como um funcionário que está vigiando, ao contrário do panóptico descrito pelo autor acima mencionado, o mais importante é a introjeção da idéia de que se está sendo vigiado. Com isso, não se usa a força para obrigar os escolares ou presos a realizar qualquer trabalho, ou obedecer às normas. E por isso, este mecanismo se torna subjetivo. Neste sentido, tal modelo se coloca como um intensificador do poder de punir, agora muito mais sutil e por isso mesmo, mais violento.

Por mais crítica que seja a concepção pedagógica adotada pela equipe da socioeducação, não se pode negar as características presentes de uma “instituição total” também no espaço da socioeducação.

Nas palavras de Goffman (1974),

“uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada.”

Assim como nas prisões, nos Centros socioeducativos se observa um grupo enorme de internados e uma pequena equipe de supervisão. O internado vive na instituição e tem contato restrito com o mundo existente fora das suas paredes, não possuindo, muitas vezes, a possibilidade de enviar ou receber uma simples carta do mundo externo, sem passar pela “supervisão”. Prática aviltante aos ideais de democracia, mas ainda corrente em nossos dias e que encontra forças numa prática ditatorial já vivenciada em nosso país.

Segundo Goffman (1974) essas instituições totais não permitem qualquer contato entre o internado e o mundo exterior, até porque o objetivo é excluí-lo completamente do mundo originário, a fim de que o internado absorva totalmente as regras internas, evitando-se comparações, prejudiciais ao seu processo de “aprendizagem”.

Nessa análise, o ser humano ao ser internado é “desprogramado” por um processo desumano, que começa com sua recepção, por meios de rituais,

conhecidos como "boas vindas", onde a equipe de supervisão, o grupo de internados, ou ambos, procura deixar de forma bem clara a sua situação inferior no grupo em que estão adentrando, uma vez que existe uma relação interna que pressupõe demarcações de "territórios".

Essa "desprogramação do indivíduo" é tão violenta, que muitas vezes, chegada à época de saída do presídio, com o cumprimento final de sua pena é relatados casos se ansiedade, angústia e medo de se adaptarem novamente a sociedade, haja vista que estão perfeitamente adaptados às regras de sua instituição total. A relação de pertencimento no mundo, numa concepção arendtiana de mundo dado e consentido entre os homens é esquecida, em substituição ocorre uma forma institucionalizada de adequação unilateral, como sendo um quase "des-pertencer" humano.

Todos os estabelecimentos sociais possuem um grau de "abertura" maior ou menor de suas instituições. Alguns institutos estão abertos para quem quer que se comporte de maneira adequada, e aí, outros exigem um grau maior de comprometimento de seus membros, restringindo um pouco mais o fluxo social existente internamente e o resto da sociedade.

De um modo ou de outro, as instituições oferecem alguma coisa aos seus participantes e lhes dão algo em troca. Podem exigir como contribuição o tempo que sobrou de atividades mais sérias, em contrapartida, determinam um comprometimento às regras que podem ser escritas ou costumeiras.

Em outras palavras o indivíduo não é mais um indivíduo, ele passa a ser uma engrenagem no sistema da instituição, e que deverá obedecer todas as regras da mesma, e caso não o faça, será "reeducado" pelos próprios companheiros ou pela equipe de supervisão.

Além da deformação pessoal que decorre do fato de a pessoa perder seu conjunto de identidade, existe a desfiguração pessoal que decorre de mutilações diretas e permanentes do corpo – por exemplo, marcas ou perda de membros (Goffman, 1974). O importante é deixar claro ao indivíduo que o mesmo está num ambiente que não garante sua própria integridade física. Entretanto, seguindo o sistema, poderá não lhe ocorrer nada.

Esse "processo de mortificação" leva o internado a se afastar de problemas, a fim de evitar incidentes, relevando sua autonomia de vontade.

recebendo sua instrução formal e informal, buscando sempre um comportamento que o afaste de sofrimentos físicos e psicológicos.

Tal domínio pode ser facilmente comparado ao ineditismo da experiência totalitária, que mutilou e exterminou milhares de judeus. O domínio total exigido pelo totalitarismo não permitia a livre iniciativa em qualquer campo de ação, nem qualquer atividade que não fosse inteiramente previsível. Na experiência totalitária a privação de liberdade, fisicamente determinada pela vida nos guetos e campos de concentração não se restringia a questão física-espacial, mas a algo mais profundo e inconcebível, se intencionava aniquilar a imprevisibilidade da ação humana, a característica que torna possível o recomeçar humano, a possibilidade de trazer ao mundo o extraordinário, aquilo que ainda não foi pensado ou imaginado.

Na análise de Goffman(1974)

"... toda a instituição tem tendências de 'fechamento', sendo que algumas são mais 'fechadas' do que outras. Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos. Num grau máximo de restrição, podemos dizer que se encontram as instituições totais".

Esses processos apesar de serem observados na literatura enquanto ocorrências no sistema penal; são facilmente identificados em histórias recentes e arquiteturas ainda presentes no sistema socioeducativo, sendo sua negação inútil e inoportuna.

#### 1.4. O trabalho educativo

Ao defender a caracterização da criança e do adolescente como sujeitos na condição peculiar de desenvolvimento Volpi (2006), afirma que cabe aos agentes, responsáveis pela operacionalização das medidas socioeducativas garantirem o direito dos adolescentes e educá-los, no sentido de favorecer sua inserção à vida social. Isso significa proporcionar através de um conjunto de ações, a educação formal, profissionalização, saúde, lazer, entre outros meios de inserção.

Para Volpi(2006), as medidas devem se constituir tanto como via de acesso às oportunidades de superação da condição de exclusão, quanto à via de acesso a formação e valores sociais positivos de participação na vida social.

A ação socioeducativa deve constituir-se num processo que tem por objetivo preparar, dar subsídios mínimos a pessoa em formação (adolescentes) para assumir papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza. Ao lado disso, desdobra-se o conjunto das ações educativas a serem desempenhadas pelos educadores que devem buscar articulação entre as relações práticas da educação e a necessidade do adolescente à vida política e social, individual e coletiva, sendo a Educação uma possibilidade para a formação do sujeito-cidadão ao dotar os educandos dos instrumentos que lhes são necessários e pertinentes.

Na internação, a escola enquanto espaço de encontro com o conhecimento, nem sempre se constitui uma possibilidade real, muitos adolescentes carregam consigo um histórico de preconceito e exclusão do espaço escolar. Outros, por necessidade de complementação da renda familiar se vêem frente à necessidade precoce de inserção ao mercado de trabalho e conseqüente abandono escolar.

A (re-)inserção à escola ocorre de forma obrigatória, como tudo que cerca a internação. O internado começa a ter acesso as aulas imediatamente após o cumprimento do período de recepção, no máximo oito dias após sua chegada.

No Estado do Paraná, observa-se a existência do Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (Proeduse), sendo a efetivação de Políticas Públicas numa ação conjunta das áreas governamentais responsáveis. Garante-se acesso à escolarização a todos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, através da modalidade EJA – Educação para jovens e adultos, com matrícula efetuada em Centros Estaduais de Educação Básica - CEEBJA's responsáveis pelo atendimento aos Centros socioeducativos, conforme localização regional.

O Proeduse atualmente é referência para essa Política de atendimento educacional, contemplando minimamente as determinações vigentes no Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 53, ou seja, garante-se o direito de acesso à educação formal, zelando-se a condição da medida socioeducativa aplicada.

A concepção difundida do trabalho educativo é de que a educação leva o adolescente a se compreender enquanto sujeito histórico e protagonista nas suas ações. Além de seu crescimento pessoal, o internado vislumbra condições reais de que na conclusão dos estudos suas chances de inserção ao mundo do trabalho lhe sejam facilitada, pois estará em igual condição de certificação e conhecimento em sua comunidade de origem. Sendo talvez aí, o início da construção do sonho, da vontade de retomar sua vida de uma forma mais positiva e proativa.

Com o novo ordenamento legal se assume uma concepção de socioeducação com o objetivo de propiciar o crescimento individual, ao mesmo tempo em que harmoniza a individualidade desenvolvida com a unidade orgânica do grupo social ao qual o indivíduo pertence, permitindo a sua inclusão como adolescente-cidadão protagonista de sua realidade e comprometido com a modificação do mundo que o cerca.

Assim sendo, os programas de execução de medidas socioeducativas devem possibilitar que todos os adolescentes se apropriem de certos instrumentais capazes de constituí-los como cidadãos. Para tanto, é necessário que apreendam a organização e distribuição de conhecimentos e habilidades disponíveis no momento histórico, que lhes seja permitida a preparação para o trabalho, o acesso ao desenvolvimento tecnológico, a participação crítica na vida política, ou seja, o acesso à cidadania.

Em Rodrigues(1987) observamos que o exercício de cidadania compreende duas ações interdependentes: a primeira refere-se à participação lúcida dos indivíduos em todos os aspectos da organização e da condução da vida privada e coletiva; e a segunda, à capacidade que estes indivíduos adquirem para operar escolhas. Ambos os aspectos caracterizam o sujeito identificável como cidadão.

Nessa visão as ações socioeducativas devem constituir-se em ações de cidadania. Portanto, os espaços de socioeducação têm a oportunidade de constituírem-se *locus* onde o adolescente possa erigir o seu modo de ser e se expressar. Os cidadãos adolescentes, munidos dos instrumentos da cidadania, tornar-se-ão construtores de formas organizativas e de ação na vida pública,

pautados pelo exercício também da democracia, onde se reconheçam (e se autovalorizem) como seres humanos autônomos, livres e responsáveis, capazes de articular as diversas vontades e capacidades individuais e coletivas para construir um modo de viver que lhes permita o exercício de sua liberdade, com responsabilidade, ou seja, um projeto de vida pleno de possibilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, se inicia afirmando que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em vários lugares, um dos quais é a escola (art. 1º).

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O ponto mais importante da LDB, pedagogicamente falando, é, sem dúvida, a previsão da existência de uma "proposta pedagógica" que irá nortear o processo pedagógico das escolas e de todos os sistemas de ensino. A proposta pedagógica, elaborada e executada pela própria escola, o que dá a dimensão da sua autonomia, é que vai orientar todo o projeto administrativo e burocrático da escola, além do pedagógico, obviamente. Dessa forma, a proposta pedagógica vai dar origem ao regimento escolar, que é um verdadeiro estatuto da escola; vai subsidiar o plano de gestão, e embasar os planos de trabalho, de curso e de aula da unidade escolar. A LDB, ao prever que as escolas vão se organizar de acordo com as suas propostas pedagógicas e as normas do respectivo sistema de ensino, fez um vínculo estreito entre o administrativo e o pedagógico, deixando claro, ainda, que este deve prevalecer sobre aquele.

O projeto político-pedagógico é desta forma, assegurado por lei (LDB art. 12):

Art 12: "Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". Esse preceito legal está sustentado na idéia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

Percebe-se, porém, que a palavra 'político' é descartada, como se qualquer projeto político-pedagógico não tivesse uma ideologia e concepções que o

cerceiem. Dessa forma, a lei assegura que se faça um Projeto Pedagógico da escola, mas deixa aberto para que se faça um documento somente técnico, sem a devida discussão, que muitas vezes é feito só para cumprir a lei, tornando-se assim um instrumento meramente burocrático e bem longe da realidade esperada – o que não representa a idéia defendida neste trabalho, motivo pelo qual adotamos a terminologia de projeto político pedagógico. Fora a questão aqui defendida, não há diferenças legais entre uma terminologia ou outra.

O exemplo, da escola que estabelece a existência de uma proposta pedagógica serve aos centros de socioeducação que têm como diretriz o SINASE enquanto política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais, que prevê no item 5.1.2. Da comunidade socioeducativa, especificamente no que tange aos dispositivos que concretizam tal comunidade, fundada no princípio da gestão participativa a existência de um projeto pedagógico:

“As unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo, contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer organizar (o que queremos, por quê?), os objetivos (geral e específico), e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos, tais rotina, organograma, o fluxograma, o regimento interno, regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões de equipes, estudos de casos (...).”

Sendo a socioeducação espaço de acolhida ao adolescente que incorre em ato infracional e se vê privado de liberdade deve contar com uma proposta pedagógica ou projeto político pedagógico que traduza uma prática onde haja prevalência do caráter educativo ao meramente punitivo. Tal projeto deve ser construído, a exemplo da escola, a partir do amadurecimento coletivo, ou seja, daquilo que é conhecido e próximo.

Vasconcellos(1991), considera

(...) mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos um envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de elaboração do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição.

Para Veiga(1996), no decorrer do processo de construção do projeto político pedagógico, consideram-se dois momentos interligados e permeados pela avaliação: o da concepção e o da execução. Para que possam construir esse projeto, é necessário que as escolas ou os Censes (grifo da autora), reconhecendo sua história e a relevância de sua contribuição, façam autocrítica e busquem uma nova forma de organização do trabalho pedagógico que “reduza os efeitos da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico.”

Quanto à concepção, um projeto pedagógico de qualidade deve apresentar as seguintes características:

- a) ser um processo participativo de decisões;
- b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

E no que tange à execução, um projeto é de qualidade quando:

- a) nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b) é exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c) implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d) é construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível.

O projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada área. O projeto pedagógico é um instrumento clarificador da ação educativa em sua totalidade.

Na concepção de Veiga(1996):

(...) a primeira ação que me parece fundamental para nortear a organização do trabalho da escola é a construção do projeto pedagógico assentado na concepção de sociedade, educação e escola que vise à emancipação humana. Ao ser delineado, discutido e assumido coletivamente ele se constitui como processo. E, ao se constituir como processo, o projeto político pedagógico reforça o trabalho integrado e organizado da equipe, enaltecendo a sua função primordial de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político pedagógico.

É necessário que o trabalho pedagógico na socioeducação se traduza em prática cidadã, contribuindo para uma maior reflexão da realidade e não apenas transmita esta realidade como algo acabado, pronto. A ação socioeducativa deve se constituir em mudança social, superação e não legitimação da marginalidade social.

Deve respeitar uma concepção de adolescente enquanto ser em desenvolvimento, e que momentaneamente cumpre uma medida socioeducativa, não constituindo, portanto condição permanente em sua vida.

Deve-se, ainda, considerar que a socioeducação, difere na ação educativa que ocorre no espaço da escola, mas mesmo assim constitui-se em educação. E sendo a educação um processo histórico, isto é, situado no tempo e no espaço e sendo, ainda, um processo voltado primordialmente para o homem, para a sua plena realização, é de vital importância que os agentes da socioeducação posicionem-se em relação aos fins e valores que devem nortear a sua ação pedagógica, que tenham clareza sobre a concepção de homem/sociedade/educação que fundamentam o trabalho pedagógico no cotidiano.

Nessa visão a Proposta pedagógica ou Projeto político-pedagógico possibilita essa visão do todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. Constitui-se em uma ferramenta gerencial que auxilia a escola e no caso o Centro de Socioeducação a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

O Projeto político-pedagógico como prática social se constitui historicamente, naquilo que os agentes envolvidos produzem, como expressão de

suas escolhas alternativas diante das contradições, dos embates, que se apresentam.

Para Pimenta (1995), o projeto político-pedagógico, remete ao trabalho, a participação e reflexão coletiva. Tal concepção permite uma leitura da escola não só como reprodutora das relações sociais, mas também, do seu papel na produção e transformação dessa mesma sociedade.

Em suma, o processo de construção do projeto é dinâmico e exige esforço coletivo e comprometimento; não se resume, portanto, à elaboração de um documento escrito por um grupo de pessoas para que se cumpra uma formalidade. É concebido solidariamente com possibilidade de sustentação e legitimação.

Construir um Projeto Político Pedagógico seja na escola ou no centro socioeducativo significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a instituição organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder.

Para Veiga (1996) existem vários caminhos para a construção do PPP. Enfatizam-se aqui, os movimentos do processo de construção desse projeto, marcados por três atos bem distintos, porém interdependentes:

1) O ato situacional – descreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação; é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional. Implica levantar questões, tais como:

- Como compreendemos a sociedade atual?
- Qual é a realidade de nossa escola/cense em termos: legais, históricos, pedagógicos, financeiros, administrativos, físicos e materiais e de recursos humanos?
- Qual é a população atendida?
- Quais suas características em termos de nível socioeconômico, cultural e educacional?
- Qual o papel da educação/socioeducação nessa realidade?
- Qual a relação entre o cense e o mundo do trabalho?
- Quais as principais questões apresentadas pela prática pedagógica?
- O que é prioritário na ação do cense?
- Quais as alternativas de superação das dificuldades detectadas?

O ato situacional significa, portanto, ir além da percepção imediata. É o momento de desvelar os conflitos e as contradições, postas pela prática pedagógica; é apreender seu movimento interno, de tal forma que se possa reconfigurá-la, fortalecida pela reflexão teórico-prática.

2) O ato conceitual diz respeito à concepção ou visão de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem. Diante da realidade situada, retratada, constatada e documentada cabem as seguintes indagações:

- Que referencial teórico, ou seja, que concepções se fazem necessárias para a transformação da realidade?
- Que tipo de adolescentes/cidadãos queremos ver emergir desse processo?
- Para qual sociedade?
- Quais experiências significativas devem ser proposta ao nosso internado durante sua medida?
- Quais as decisões básicas referentes ao que, para que, e como, articulados ao para quem?
- O que significa construir um projeto político pedagógico como prática social coletiva?

A reflexão sobre o trabalho pedagógico, através da problematização vai configurando uma matriz teórica que permitirá a participação de toda a comunidade em sua concretização.

3) O ato operacional: orienta-nos quanto a como realizar a ação. É o momento de nos posicionarmos com relação às atividades a serem assumidas para transformar a realidade da escola. Implica, também, a tomada de decisão de como vamos atingir nossas finalidades, nossos objetivos e nossas metas. Na operacionalização do Projeto Político Pedagógico, o que se faz é verificar se as decisões foram acertadas ou erradas e o que é preciso revisar ou reformular. Tendo em vista as diferentes circunstâncias, pode-se tornar necessário tanto alterar determinadas decisões quanto introduzir ações complementares novas.

As decisões básicas para a execução dizem respeito à proposição de medidas de ação coletiva, no sentido do aperfeiçoamento do ato operacional. É preciso ter presente algumas indagações:

- Quais as decisões necessárias para a operacionalização?
- Como redimensionar a organização do trabalho pedagógico?
- Qual o tipo de gestão?
- Quais as ações prioritárias? São exequíveis?
- Qual o papel específico de cada membro da comunidade socioeducativa?
- De que recursos o centro socioeducativo dispõe para realizar seu projeto?
- Quais os critérios gerais para a elaboração de um calendário?
- Quais as necessidades de formação inicial e continuada dos diferentes agentes no processo socioeducativo?

Em suma, pensar em trabalho educativo deve relacionar-se à reflexão, discussão e comprometimento da coletividade envolvida. Falar de pedagógico na socioeducação não se restringe apenas a ação da escola presente na instituição ou a questão das Normas Disciplinares. Centra-se prioritariamente na discussão da ação realizada em prol do processo socioeducativo do adolescente em cumprimento de uma medida, ou seja, envolve refletir sobre o caráter educativo de cada ação interna. Ou seja, as relações que envolvem a construção de um projeto político pedagógico que realmente concretize uma prática real são tantos quanto o grau de comprometimento e amadurecimento de cada equipe.

## Capítulo 2 – A gestão de acordo com os pressupostos do SINASE

O SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) constitui-se em um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Foi apresentado pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), em comemoração aos 16 anos do Estatuto da Criança do Adolescente, em junho de 2006. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público.

Entre os importantes aspectos destacados pelo SINASE, consideramos para análise a concepção de gestão e o conceito e integração das políticas públicas em torno da sociedade.

A referência ao texto Constitucional (art. 204, II) já no início do texto remete a um princípio norteador da gestão, enquanto gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

O reconhecimento dos direitos destinados às crianças e adolescentes exige que as instituições voltadas para o atendimento possuam transparência e gestão participativa, com um contato permanente com os Conselhos dos Direitos e Tutelares, com a comunidade e com a sociedade civil organizada. Cabe, portanto, aos Conselhos deliberar e controlar a política de atendimento, assim como monitorar e avaliar sua execução para que de fato se aprimore o atendimento aos direitos de crianças e adolescentes.

Quanto a metodologia de gestão, se prevê, independentemente do formato da estrutura organizacional de cada Estado e Município, é fundamental a configuração de uma organização que contemple a existência de um dirigente geral ou responsável legal pela instituição, uma equipe diretiva e um corpo de diretores e/ou coordenadores dos programas de atendimento socioeducativo.

Essas instâncias devem articular-se entre si por meio de um mecanismo colegiado denominado Grupo Gestor, que pretende fundamentalmente:

1. Constituir-se num mecanismo de integração orgânica e sistêmica do grupo de gestores do sistema socioeducativo;
2. Ser um canal privilegiado para se estabelecer uma interlocução ativa e participativa entre os diferentes atores que integram as comunidades educativas;
3. Compartilhar coletivamente o poder nos processos decisórios do planejamento à execução das ações.

O êxito nas atividades desenvolvidas nos programas está diretamente relacionado com a qualidade de seus processos de gestão. O impacto social de seus serviços será maior ou menor conforme a capacidade de planejar com eficiência, de definir sua missão com clareza, de formatar seus serviços atendendo adequadamente a necessidade de seus destinatários (os adolescentes). Planejar, definir, formatar, organizar, monitorar e avaliar em conjunto asseguram ações mais consistentes. Diante disso, a gestão participativa configura-se como a mais aproximada para responder com eficiência, eficácia e efetividade às demandas do atendimento socioeducativo.

Prevê-se, ainda a gestão através de colegiado nas esferas Estadual, Distrital e Municipal. A composição é composta pelo dirigente do Sistema Socioeducativo, pela equipe gerencial/diretiva, pelos diretores do atendimento inicial dos programas que executam a internação provisória e das medidas socioeducativas.

A criação, o funcionamento e a estrutura do Colegiado Gestor devem ser normatizados por meio de instrumentos administrativos apropriados, os quais devem refletir a realidade e as necessidades do Sistema.

Ao Colegiado Gestor cabe:

1. Coordenar, monitorar e avaliar os programas que compõem o Sistema Socioeducativo;
2. Articular estrategicamente com os Conselhos de Direitos;
3. Garantir a discussão coletiva dos problemas, a convivência com a pluralidade de idéias e experiências e a obtenção de consensos em prol da qualidade dos serviços e dos valores democráticos;

4. Assegurar e consolidar a gestão democrática, participativa e compartilhada do Sistema Socioeducativo em todas as instâncias que o compõem, dentro dos princípios democráticos, visando romper com a histórica cultura autoritária e verticalizada;
5. Assegurar a transparência tornando público à sociedade o funcionamento e os resultados obtidos pelo atendimento socioeducativo;
6. Elaborar e pactuar o conjunto de normas e regras a serem instituídas, que devem ter correspondência com o SINASE.

O texto atribui responsabilidades e papéis na composição do Colegiado Gestor. Cabe ao dirigente do Sistema Socioeducativo, a responsabilidade pela articulação e gestão da execução das ações da Política Estadual e tem o papel de mediador entre os princípios e as diretrizes dos sistemas socioeducativos, nacional e estadual, e os projetos pedagógicos do atendimento socioeducativo, criando espaços para que as atividades ocorram com a participação efetiva dos diferentes segmentos institucionais.

A Equipe Diretiva/Gerencial do Sistema Socioeducativo, constituída por profissionais das diferentes áreas do conhecimento, que assessoram o dirigente do Sistema Socioeducativo e que têm liderança pedagógica capaz de desenvolver um trabalho integrado e interdisciplinar nos diferentes eixos estratégicos ou áreas de atuação previstos no SINASE, de forma a superar a visão estanque e fragmentada do sistema e a ação individual especializada desconectada da unicidade do projeto pedagógico. A ela cabe planejar, coordenar, monitorar e avaliar os programas, projetos e ações em desenvolvimento no sistema socioeducativo, realizar diagnósticos, estabelecer metas gerenciais e pedagógicas, orientar metodologias e produzir avaliações, assessorando os dirigentes e promovendo as transformações necessárias.

Aos Diretores de Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo, entendidos como lideranças nas entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo e membros integrantes do Grupo Gestor; atores e articuladores da gestão democrática, participativa e humanizadora do projeto pedagógico e do processo de reorientação e transformação da instituição. Buscam apoio nos documentos orientadores e normativos do sistema nacional, estadual/distrital e municipal, de forma a concretizar as metas gerenciais.

Na gestão participativa o objetivo superior a ser alcançado é a comunidade socioeducativa. Esta é composta pelos profissionais e adolescentes das Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo. A ação opera, com transversalidade, todas as operações de deliberação, planejamento, execução, monitoramento, avaliação e redirecionamento das ações, que devem ser compartilhadas, rotativas, solidárias, tendo como principal destinatário o coletivo em questão, contemplando as peculiaridades e singularidades dos participantes. Os dispositivos que concretizam essa comunidade socioeducativa são:

- Gestão participativa: é fundamental a participação de todos nas deliberações, na organização e nas decisões sobre o funcionamento dos programas de atendimento;
- Diagnóstico situacional dinâmico e permanente: levantamento periódico e permanente quantitativo e qualitativo da situação do programa de atendimento, em seus diversos aspectos (administrativo, pedagógico, segurança, gestão e outros);
- Assembléias: espaço de encontro coletivo para a discussão de assuntos relevantes para a vida organizacional. Deve funcionar de forma sistemática, com freqüência, no mínimo, mensal, constituindo-se sempre com a participação dos adolescentes e das famílias quando se fizer necessário. A coordenação deve ser rotativa, contando com representantes de vários segmentos. As assembléias devem ter um regimento flexível que detalhe seu funcionamento e os principais procedimentos e funcionamento;
- Comissões temáticas ou grupos de trabalho: surgem das assembléias ou reuniões, objetivando solucionar questões levantadas no diagnóstico. São constituídas pelas pessoas interessadas dos diversos segmentos de trabalho do programa, devendo funcionar com plano de ação e com prazo de execução;
- Avaliação participativa: envolve a avaliação do trabalho da direção, da equipe, do próprio funcionário e do adolescente, de acordo com critérios constituídos pelo coletivo, bem como pelos indicadores de qualidade do trabalho;
- Rede interna institucional: o funcionamento articulado dos diversos setores do programa de atendimento exige o estabelecimento de canais de comunicação entre todos os funcionários para que sejam participantes ativos do processo socioeducativo. Além disso, é necessário promover encontros dos programas de atendimento socioeducativo da rede, respeitando as diferenças, princípios e tarefas

comuns que potencializem a cooperação entre tais diferenças e fortaleçam o Sistema;

- Rede Externa: a organização deverá se articular com todos os parceiros envolvidos na promoção do adolescente, em diferentes momentos, desde a sua acolhida até seu desligamento. Trata-se de um mapeamento atualizado de todos esses parceiros e uma comunicação permanente com os mesmos;

- Equipes técnicas multidisciplinares: grupos de agentes de diferentes áreas do conhecimento e especialidades que se formam levando em consideração, prioritariamente, a reinvenção de suas interfaces. Devem promover encontros sistemáticos e se guiar pelo projeto pedagógico do programa de atendimento socioeducativo;

- Projeto pedagógico: as Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer organizar (o que queremos, por quê?) os objetivos (geral e específicos) e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos, tais como modelo de gestão, assembleias, equipes e outros, o detalhamento da rotina, o organograma, o fluxograma, o regimento interno, regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do PIA;

- Rotina da Unidade e/ou programa de atendimento: é fundamental a elaboração de rotinas quanto aos horários de despertar dos adolescentes, refeições, higiene pessoal, cuidados com vestuários e ambientes, escola, oficinas, lazer, esportes, cultura, atendimentos técnicos, visitas, atividades externas e outras.

Em síntese, o conceito de gestão presente no SINASE, demanda autonomia competente e participação consciente e implicada de todos os atores que integram a execução do atendimento socioeducativo. Está diretamente associada ao compartilhamento de responsabilidades, mediante compromisso coletivo com os resultados.

Sabe-se, contudo das dificuldades que os gestores têm para realizar sua tarefa. Além da escassez de recursos, que quase nunca são suficientes para a demanda crescente que se apresenta, deparamo-nos com uma cultura de gestão que pensa as ações ou programas sob o ângulo da especialidade. Essa cultura

impossibilita uma ação eficaz, conforme prevê o Sistema de Garantias de Direitos; se expressa a partir de múltiplas formas, desde os mecanismos de financiamento até as estratégias de avaliação – resultando em dispersão de recursos, duplicação de esforços, disputas entre áreas e severas distorções no atendimento à população.

Conseguir alterar essa cultura de fragmentação, de posturas concorrenciais e de dispersão, exige que o gestor busque alternativas em sua comunidade, construindo caminhos para a articulação das ações, conforme determina o ordenamento legal.

### Capítulo 3 – A gestão da socioeducação: um estudo sobre os documentos de definição dos Centros de Socioeducação no Paraná

No Brasil, principalmente após a Constituição de 1988, vem ocorrendo avanços no âmbito jurídico-legal, no que tange aos direitos do adolescente, enquanto ser em desenvolvimento. Bem como às relações de responsabilidades sociais compartilhadas – governo, família e sociedade – quanto ao cuidado e atenção. Entretanto, para além dos avanços, se faz necessário uma prática de gestão que viabilize um atendimento eficaz nos Centros de Socioeducação e que se garanta não apenas burocraticamente a prevalência das medidas educativas sobre as punitivas.

As instituições que realizam a socioeducação são subsidiadas por políticas públicas em vários âmbitos: saúde, assistência jurídica, social e educacional. Contudo, no período de realização desta pesquisa tais instituições compõem à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ, cabendo a esta a responsabilidade por orientações quanto à organização do trabalho pedagógico ou buscando articulá-lo às demais políticas, em conformidade com o estabelecido no Sistema de Garantias de Direito.

A população a ser considerada nessa pesquisa, equivale a um terço dos gestores dos Centros Socioeducativos, existentes no Estado do Paraná que atendem a medida de internação, considerando que a participação foi voluntária e que os demais gestores optaram em não participar. O instrumento adotado para a coleta de dados foi o questionário eletrônico (modelo anexo). Implica-nos nesse trabalho detectar a existência ou não de instrumentos que favoreçam uma gestão democrática e participativa, conforme prevê o SINASE. Bem como a metodologia adotada em sua organização e a articulação entre as políticas previstas no Sistema de Garantias de Direito.

Obtivemos na questão “*Quais instrumentos de gestão se encontram presentes na ação do gestor?*” Considerando aqui, especialmente o Projeto político pedagógico e o Regimento interno -, detectamos que 100% das unidades pesquisadas possuem Proposta Pedagógica e 80% possuem Regimento Interno. As respostas apontam para um avanço significativo quanto à preocupação em discutir e

elaborar um projeto político-pedagógico que represente as expectativas e concepções do grupo, não apenas no cumprimento burocrático de sua construção. Nas respostas obtidas através da aplicação de questionário, registra-se a preocupação dos gestores no envolvimento parcial, através de representações ou de toda a coletividade, propiciando momentos para discussão e elaboração tanto da Proposta pedagógica, quanto do Regimento interno.

“Tendo a implantação dos instrumentos ocorridos anterior à minha gestão, tenho conhecimento pelos servidores que houve participação e discussões sobre os instrumentos. (...) passam por processo de atualização, estando em uso, sendo discutidos por representantes dos setores que compõem a equipe de discussão e formalização.”

“Tanto a proposta pedagógica e o Regimento Interno utilizada nesta Unidade são pautadas pelos dois Cadernos do IASP, ou seja, no que tange a proposta pedagógica, os cadernos Práticas de Socioeducação e Compreendendo o Adolescentes norteiam as ações, em relação ao Regimento Interno, o Caderno utilizado para construção foram: Rotinas de Segurança e Gerenciamento de Crises. Ainda sobre o regimento interno, esta sendo atualizado neste ano; e neste processo de elaboração tanto os professores quanto educadores e técnicos são convocados a participar da discussão.”

Percebe-se ainda, a preocupação em adequá-los a ordenamento legal existente, mas adotando a dinâmica própria, pertinente à prática real.

“O Cense trabalha com o projeto pedagógico que define a operacionalização da socioeducação, segundo os princípios do ECA, SINASE e Cadernos do IASP, o seu conteúdo foi resultado da elaboração de todos os componentes da comunidade socioeducativa em reuniões realizadas sistematicamente. Sua aplicação continua em vigor e, neste momento estamos prestes a modificar seu conteúdo que define as fases do trabalho com o adolescente, em relação ao período de permanência do referido adolescente na instituição (tempo de recepção, período de trabalho individual e período de inserção em convívio). Observou-se que a dinâmica institucional exige a revisão da proposta que está estipulada em parâmetros de tempo revendo os prazos para tornar o processo mais rápido e coerente à dinâmica apresentada pelos adolescentes.”

Nos Centros recém-criados também se observa uma preocupação em estabelecer uma relação democrática na elaboração de tais instrumentos.

“Antes da inauguração ficamos 10 dias elaborando esses documentos entre todos os membros do Cense, inclusive os professores. Considero que estão atualizados. A dinâmica de trabalho utilizada foi a socialização de um documento base que foi discutido em pequenos grupos e depois socializado na plenária para a confecção dos documentos finais.”

Além da existência de Proposta Pedagógica e Regimento interno foi perguntado aos gestores sobre quais outros instrumentos estão presentes na condução da gestão.

“O Cense possui Normas de Convivência e Normas Disciplinares que contemplam os princípios norteadores do trabalho e constam na Cartilha do Educando. Estes documentos precederam a elaboração da proposta pedagógica e também foram elaborados com a participação de todos que integram o trabalho.”

“Além desses instrumentos, temos o Manual de Procedimentos.”

Apesar dos Censes pesquisados já adotarem uma Proposta Pedagógica, na prática ainda se observa a existência de outros documentos de normatização e de orientação de conduta que em determinados momentos acabam por dificultar as ações das equipes, pela ausência de um projeto único que seja internalizado e que realmente traga a prática realizada pelo grupo.

Na questão 2.a., referente há clareza de canais de comunicação entre as secretarias responsáveis pela política de atendimento ao adolescente? 100% dos gestores participantes dessa pesquisa responderam que há clareza de canais de comunicação. Contudo, diferem quanto à forma:

- Educação: 40% afirmam que a forma de comunicação é direta, sem entraves burocráticos e 60% registram que a mesma ocorre de forma burocrática, via núcleos e setores.
- Saúde: 60% afirmam que a forma de comunicação é direta, sem entraves burocráticos e 40% registram que a mesma ocorre de forma burocrática.
- Justiça e Cidadania: 80% responderam que ocorre de forma burocrática e 20% consideraram que ocorre de forma direta.

Sobre a comunicação foram perguntados ainda, se conhecem os interlocutores.

- Educação: 100% afirmam conhecer os interlocutores dessa Política em âmbito local.

- Saúde: 100% responderam desconhecer os interlocutores dessa Política localmente.
- Justiça e Cidadania: 60% afirmam conhecer os interlocutores da Política local e 40% desconhecem tais interlocutores.

Quanto à questão 2.b., sobre a participação em reuniões locais que busquem a articulação das ações. Obtivemos:

- Educação: 60% já foram convidados e/ou participaram de reuniões nessa área e 40% não tiveram contato.
- Saúde: 40% já foram convidados e/ou participaram de reuniões nessa área e 60% não tiveram contato.
- Justiça e Cidadania: 80% já foram convidados e/ou participaram de reuniões com essa área e 20% não tiveram contato.

Quanto à questão 2.c., referente a maior incidência de contatos, em virtude da demanda de trabalho.

- 40% assinalaram que os contatos ocorrem igualmente nas áreas perguntadas;
- 40% assinalaram que os contatos incidem na área da Justiça; e
- 20% assinalaram que a prevalência recai nas áreas de Educação e Justiça e Cidadania.

Quanto à questão 2.d., referente a prontidão ou lentidão no atendimento às solicitações. Observaram-se os seguintes resultados:

- Educação e Saúde: 80% consideraram que as medidas são atendidas com prontidão e 20% assinalaram que ocorrem com lentidão.
- Justiça e Cidadania: 60% registraram que ocorrem com prontidão e 40% assinalaram que ocorrem com lentidão.

Quanto à questão 2.e., referente a uma avaliação do aporte dessas áreas, na articulação de ações, conforme prevê o Sistema de Garantia de Direitos.

- Educação: 80% afirmaram que essa política encontra-se estruturada localmente e 20% não responderam a questão.
- Saúde: 20% consideraram que essa política encontra-se estruturada localmente e 80% consideraram que não.

▪Justiça e Cidadania: 40% consideraram que essa política encontra-se estruturada localmente e 60% consideraram que não.

Tais dados diferenciam localmente, pois tal articulação evidencia um esforço das equipes diretivas em cada esfera. Não sendo definida arbitrariamente. Contudo, não se pode negar a inoperância do Estado enquanto mandatário da política, ao visualizar a fragmentação e o distanciamento na elaboração e execução das Políticas voltadas ao atendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

## Considerações Finais

Este trabalho teve a intenção de realizar uma investigação em torno dos documentos que registrem as Propostas Pedagógicas das instituições que atendem aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Nosso objetivo foi parcialmente atingido, visto somente um dos 05 (cinco) centros de socioeducação disponibilizou sua proposta pedagógica, enquanto documento escrito, os demais mantiveram sua participação restrita ao questionário aplicado.

Tal trabalho deve, portanto ser considerado na forma, ao que pese a escassez de tempo disponibilizado para leituras e a escrita propriamente dita; a dificuldade de se constituir uma grade de disciplinas e conteúdos pertinentes à área, muito devido ao ineditismo do Curso de Especialização em Gestão de Centro Socioeducativo, ofertado através do Convênio entre a Universidade Federal do Paraná - UFPR e a Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ; Bem como as dificuldades da autora dentro e fora do sistema, que mesmo estando inserida em um centro socioeducativo que atende internação não logrou ter acesso aos documentos necessários da socioeducação, isto é, aos projetos político-pedagógicos. No entanto não inviabiliza os estudos, a realização e sistematização dessa pesquisa foram muito importantes ao constatar que a socioeducação realizada a partir de 2006, ou seja, a partir da existência do SINASE e seus desdobramentos ainda tem muito a caminhar para a realização das ações socioeducativas em tudo o que ela representa para a formação humana e da cidadania.

Ao estabelecer diretrizes o SINASE aponta novos atributos do ato socioeducativo como o de preparar os indivíduos para a vida social, instituindo-se um parâmetro universal sobre os fins da socioeducação, e esse parâmetro pode ser expresso em outro discurso paralelo e a ele correspondente: o de formar os indivíduos para o exercício da cidadania.

Para tanto a atividade socioeducacional deve ser ampla, no sentido de oportunizar formação através de vivências e práticas significativas que lhe garantam

a manutenção e/ou acesso à educação formal, a qualificação profissional enquanto processo formativo de vida social e política. Ou seja, nessa concepção a ação educativa ultrapassa o simples ato de abertura de um depósito de saber a ser aprendido e assumido por segmentos da população que, por qualquer razão, não tenham acesso a esse saber fora dos quadros da escola.

Nas palavras de Rodrigues(1987):

A atividade educacional é uma atividade de preparação do cidadão para a vida da cidadania. O cidadão é aquele indivíduo que se insere na vida social e, ao fazê-lo, aprende a cultura existente nas relações sociais onde ele vive. É aquele que, ao ser orientado no domínio das conquistas da civilização, se torna capaz de compreender a realidade histórica e social ao seu redor e de dominar as forças que lhe bloqueiam o acesso ao progresso social e cultural.

Não se pode, portanto delimitar arbitrariamente a obrigatoriedade da ação socioeducativa, em tarefas, períodos, regras... Dizer que a sociedade se obriga a atender o adolescente em cumprimento de uma medida socioeducativa, conforme prevê o ECA, respeitando a sua condição temporária de vida, em um prazo de seis a meses a três anos consecutivos, seria justificar a inoperância do Estado, já que lhe cabe oferecer condições para a realização da igualdade dos cidadãos e, portanto o espaço da socioeducação se constitui para os poderes públicos um dever de justiça.

A socioeducação constituída enquanto direito, não se esgota nesse nível de espaço-tempo. Há que se considerar, igualmente que ela é um direito, porque possibilitará ao adolescente uma melhor convivência na sociedade, de modo mais competente, funções sociais que lhe sejam requeridas.

O que diferencia a ação educativa realizada no interior da escola e aquela realidade na socioeducação?

Os destinatários são os mesmos, assegurando-se na socioeducação sua condição frente a uma determinação judicial que lhe impõe o cumprimento de uma medida socioeducativa. Assevera-se a normatização, tendo a disciplina como base do trabalho educativo. Na escola o aluno transgride a norma e as sanções disciplinares previstas no Regimento Escolar, devidamente constituído e aprovado pela Comunidade Escolar; na socioeducação a transgressão acarreta perdas reais que comprometem o seu convívio social no mundo que agora lhes é dado; como exemplo, perder o direito de acesso à sala de televisão e jogos. Para o adolescente em comunidade não significa prejuízo, pois outros acessos lhe são garantidos e de

forma mais eficaz. Mas, para o adolescente privado de liberdade significa perda de espaço para crescimento pessoal e social, pois manter suas “conquistas” nesse grupo lhe garante outros acessos e privilégios no *self-service* desse mundo intramuros.

A equipe de profissionais é acrescida de outros olhares, na escola a base do conhecimento é a educação; na socioeducação a base é interdisciplinar, somam-se esforços em prol do atendimento ao adolescente, oriundos de diversas áreas, tais como a Psicologia e a Assistência Social. Se do ponto de vista do ordenamento legal tal trabalho é necessário e essencial, na prática se percebe dificuldades em sua efetivação. Como estabelecer uma proposta pedagógica que contemple a diversidade de olhares presentes na socioeducação?

Na escola o pedagogo e a direção formam a equipe diretiva e têm funções definidas e já conhecidas do coletivo que lhe asseguram a responsabilidade pela articulação do projeto político-pedagógico (discussão, encaminhamentos...); Na socioeducação o espaço do pedagogo, assim como o destinado a outros profissionais, “personagens novos” na socioeducação, ainda está no campo do devir, necessitando de tempo histórico para constituir-se em ação efetiva, em termos de mudanças de paradigmas e concepções ainda enraizadas num espaço-tempo em que a ação era pensada e organizada apenas pela equipe técnica, ou seja, primeiramente o Assistente Social e na sequência a Psicologia. A figura do Educador Social constituía-se numa relação passiva de subordinação e a educação apenas somava trabalho, esvaziada de uma ação política.

O SINASE, como vimos no capítulo 2 enfatiza uma prática de gestão que se concretize de forma democrática e justa. Ou seja, que não apenas garanta a participação dos indivíduos nas discussões, mas que efetivamente haja relevância na tomada das decisões sobre o desenvolvimento do processo socioeducativo. Fato que já se observa, ainda que timidamente na prática dos centros socioeducativos paranaenses.

As possibilidades de crescimento e aperfeiçoamento, bem como os cuidados na escola são complementares aos dados pela família. Na socioeducação, a família assiste ao atendimento que seu filho ora recebe, numa relação passiva, muitas vezes de culpabilização. São tantos os “se não...” ou “se tivesse...”, que permeiam a (re)construção do processo educativo desses indivíduos, exigindo

dessas instituições socioeducativas uma nova visão de trabalho pedagógico. Como assegurar que a proposta pedagógica resulte em ganho real na vida desses adolescentes? Como assegurar a participação efetiva da comunidade? Como envolver as famílias, sem cair numa prática dogmática e preconceituosa?

Sendo a educação um dever de justiça, a sociedade se obriga a fornecer meios e fins, e assume o papel de juiz de sua produção. Qual o papel que cabe a escola ou a socioeducação? O que a sociedade espera da ação socioeducativa?

No caso da socioeducação, a sociedade se mostra indiferente ao que ocorre no intramuros, desde que isso lhe garanta “segurança”. Exemplo desse fato, a resistência das escolas de origem de aceitarem a matrícula do ex-internado. Quanto ao sistema educacional, na análise de Rodrigues(1987), o que também consideramos pertinente a socioeducação, a ação deve ser tal e qual que prepare para a vida social e política, para o trabalho, para o desenvolvimento de suas habilidades individuais; que sistematize e organize o conhecimento universal, a produção científica, as conquistas da tecnologia e da cultural mundial; que tal sistematização possibilite novas conquistas e novos desenvolvimentos, ampliando a oferta do bem-estar; que as questões novas, surgidas na própria produção do conhecimento, sejam dirimidas e analisadas na escola, e que ela seja, portanto, um lugar de produção de novos conhecimentos; que a escola possibilite a articulação dos diversos interesses dos variados setores da sociedade, criando como consequências, condições de superação da marginalidade a que são submetidos grupos sociais e indivíduos.

Nessa concepção defendemos que a socioeducação necessita de mais pedagogia em seu cotidiano, não pode ser pensada ingenuamente pela porta de entrada, mas sim, pela porta de saída. O retorno do adolescente à comunidade em condições que lhe garantam um convívio adequado, de posse de subsídios que lhe possibilitem uma prática cidadã, resultando, portanto em crescimento pessoal e social.

Em outras palavras, tanto na escola quanto na socioeducação o projeto político pedagógico deve visar uma ação eficaz que resulte em conhecimento, garantindo que ação educativa resulte em superação e não em legitimação da marginalidade.

Para Veiga (1997), o Projeto Político Pedagógico construído pela própria comunidade escolar é o definidor de critérios para a organização curricular e a seleção de conteúdos, embora o Estado legitimamente constituído assumo papel de formulador de políticas integrativas, principalmente com o intuito de preservar a unidade nacional respaldado na legislação que estabelece as prescrições mais amplas, em termos dos fundamentos/princípios e orientações.

Para além do aspecto legal, o Projeto político-pedagógico deve refletir a realidade e a dinâmica social externa e internamente de cada instituição, como mediação a ser construída no dia-a-dia da instituição formativa, com ações a serem construídas na ação educativa. Os pressupostos da ação educativa deverão garantir a relevância do caráter socioeducativo ao mero punitivo.

O PPP, portanto deve refletir tal concepção, concebido por agentes de cada instituição, não podendo ser sistematizado de forma burocrática, mas constituindo-se como instrumento capaz de catalisar um movimento que, ao mesmo tempo em que se opõe ao centralismo e a visão tecnocrática das decisões, é capaz de criar condições de motivação para a participação e construção coletiva de uma proposta singular, tratando de um espaço educativo, que lhes é próximo e conhecido.

A força dessa idéia esta naquilo que ela representa enquanto exercício legítimo da autonomia pelos agentes, responsáveis últimos pela condução do processo socioeducativo.

Na dimensão operacional sua riqueza está no processo de reflexão que institui na socioeducação e que propicia a oportunidade de uma revisão de todos os valores e princípios, hoje cristalizados através da prática burocratizada, e pela possibilidade que cria para que os diversos profissionais sejam os protagonistas da socioeducação.

O trabalho dos sujeitos, ainda que mediado pelo conteúdo ideológico das proposições é potencialmente transformador. Essa possibilidade não se traduz em resultados individuais nem na soma dos valores subjetivos singulares ou numa autonomia em que a escola e a comunidade constituem-se em sistemas fechados em si mesmos, mas sim na práxis orientada por outros valores que nascem do trabalho concreto nas escolas, como alternativas que se apresentam objetivamente postas no interior das escolas, mediadas pela totalidade.

termos da construção de instrumentos de gestão, que evidenciem o esforço e o amadurecimento da coletividade.

Sugere-se a continuidade de outras pesquisas a luz dos assuntos aqui desenvolvidos. Tais como:

- O currículo na socioeducação – do formal ao real;
- O conceito de disciplina presente no trabalho socioeducativo;
- O imaginário da instituição socioeducativa na visão do interno;
- O espaço do feminino na socioeducação;
- A questão da comunicação como garantia de pertencimento ao mundo diferente daquele lhe é dado e permitido na internação;
- A relação intersetorial presente no Sistema de Garantias de Direitos e as possibilidades de efetivação em prol do adolescente;
- Um estudo sobre o alcance de acesso e oferta ao Programa Jovem Aprendiz;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTRY, A. KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. Adolescência normal um enfoque psicanalítico. São Paulo: Artmed, 1981. p. 24-62.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre os Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal.

BRASIL, Lei 9394/96, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo – SINASE – Brasília – DF: CONANDA, 2006.

ERIKSON, E. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução Roberto Raposo. - 10 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. Origens do Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975. p. 225 - 238

ARPINI, D. M. Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares. Bauru, SP: EDUC, 2003.

CARRETEIRO, T. C. O. Tráfico de drogas, sociedade e juventude. In C. O. Plastini (Org). Transgressões (pp. 191-198). Rio de Janeiro. Contracapa, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – História das violências nas prisões*, Tradução de Raquel Ramallete, 13 ed., Vozes, Petrópolis, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Manicônios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. *Representações. A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Cidadão de Papel*. 16° ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, nº. 22, p. 67-78, jan./dez. de 2007

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

OSÓRIO, L. C. *Adolescência normal e patológica. Abordagens psocoteráicas do adolescente*. Rio Grande do Sul: Movimento, 1991.

OZELLA, S. (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido (1995). *Questões sobre a organização do trabalho na escola*. In: BORGES, Abel S. (org). et. al. *A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. Série Idéias*, 16. Edição especial. São Paulo. FDE.

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo, Cortez 1987. 6ª ed.

SÁ, C.P. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro. UERJ, 1998.

SAITO, M. I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. *Pediatria*, 22, 3, 219-219, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade, São Paulo, Cortez, 2006.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores ASSOCIADOS, 1997.

Strauss, C. L. Natureza e cultura. As estruturas elementares do parentesco. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

VEIGA, I.P.A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas,SP: Papyrus, 2001.

VOLPI, M. Adolescentes privados de liberdade: A normativa nacional e internacional, reflexões acerca da responsabilidade pessoal. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.) O adolescente e o ato infracional. São Paulo: Cortez, 2006.

## ANEXOS



Universidade Federal do Paraná  
Curso de Pós-Graduação em Gestão em Centros Socioeducativos

Senhores Gestores. Boa Tarde!

Como é do conhecimento dos Senhores, estamos finalizando nossas pesquisas. Contudo, necessito de mais informações sobre a prática que vem sendo realizada e agradeço sua contribuição na resposta das questões abaixo, observando que será garantido total sigilo quanto a nomes pessoais e/ou dados institucionais.

Obrigada!

Auda Ramos

---

#### QUESTÕES

1) Dos instrumentos\* citados abaixo, quais estão presentes na gestão da socioeducação?

- ( ) Proposta Pedagógica
- ( ) Regimento interno

1.1. Se sim, informar como se deu a elaboração.

Houve a participação de todos os segmentos (funcionários, técnicos, educadores, professores...)? Foi oportunizado momentos para discussão em grupos? Houve assembléia ou reunião ampliada para a formalização? É atualizado e está em uso? Ou, se em determinado período já foi utilizado e hoje não se adota mais, favor explicar o que motivou a equipe a descartar tais instrumentos.

1.2. Se os instrumentos citados acima, não estão presentes no CENSE, que outros instrumentos você dispõe para viabilizar sua gestão? E como ocorreu a formulação dos mesmos?

2. Sabemos que o SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei e que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais. Portanto, essa política tem interfaces com diferentes sistemas e políticas e exige atuação diferenciada que coadune responsabilização e satisfação de direitos.

▪Assim, favor considerar como vem ocorrendo a articulação com tais políticas:

Questão/Política	Educação	Saúde	Justiça
a) Há clareza de canais de comunicação?	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
▪Se sim, ocorre de forma:	( ) direta ( ) burocrática (via núcleos, setores...)	( ) direta ( ) burocrática (via núcleos, setores...)	( ) direta ( ) burocrática (via núcleos, setores...)
▪Se sim, conhece pessoalmente tais interlocutores?	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
b) Já foi convidado ou já participou de alguma reunião articulada por uma dessas políticas?	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
c) Em função da demanda cotidiana, com qual estabelece mais contato?	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
d) Em termos de atendimento às solicitações, há:	( ) prontidão ( ) lentidão	( ) prontidão ( ) lentidão	( ) prontidão ( ) lentidão
e) De acordo com sua prática, qual dessas políticas vem se mostrando mais estruturada para desenvolver uma ação articulada, conforme prevê o Sistema de Garantia de Direitos?	Assinalar com x  ( )	Assinalar com x  ( )	Assinalar com x  ( )

\*Caso haja a disponibilidade, agradeceria se os instrumentos de gestão elaborados pelas equipes (Proposta Pedagógica e Regimento interno) fossem enviados por malote:  
CENSE Joana Richa – A/C: Auda/Pedagoga

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE**  
**CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO FÊNIX**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CENSE FÊNIX**

*“Educar é sempre uma aposta no outro. Ao contrário do ceticismo dos que querem “ver para crer”, costuma-se dizer que o educador é aquele que buscará sempre “crer para ver”. De fato, quem não apostar que existem nas crianças e nos jovens com quem trabalhamos qualidades que, muitas vezes, não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente, ao trabalho educativo”. Antonio Carlos Gomes da Costa*

## **I. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

O Cense Fênix foi criado para atender os principais envolvidos (“líderes”) na rebelião de setembro/2004 do Cense São Francisco<sup>1</sup>, que culminou na morte de sete adolescentes. Os jovens que tiveram maior participação nesses homicídios foram encaminhados para um anexo do Complexo Penal de Piraquara<sup>2</sup> para garantir a segurança dos mesmos. Por questões legais, essa situação não poderia ser mantida, e, nesse sentido, o Estado investiu na construção de um espaço para atender exclusivamente esses adolescentes.

No primeiro trimestre de 2005 o Cense Fênix foi inaugurado originalmente com o nome de Anexo do Educandário São Francisco. E até que as salas de atendimento e a parte administrativa fossem construídas, os adolescentes foram atendidos nas dependências da Penitenciária Feminina (escolarização, atendimentos técnicos, etc.). Esse local cedido pela Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania era anteriormente utilizado para isolamento de presos que cometeram crimes hediondos ou de forte repercussão.

Essa construção foi uma resposta do Estado à sociedade. Alguns meses depois o Anexo passou a ser chamado de “Unidade Alto Risco”, devido ao programa realizado pela direção da época. Era um programa “para adolescentes de alto risco” (RAMOS, 2007). O diferencial deste programa foi implantar o atendimento individual como principal método de trabalho dentro de uma abordagem da psicologia comportamental<sup>3</sup> (FERNANDES, 2006).

1 Naquela época era chamado de Educandário São Francisco.

2 Mais precisamente para a PEP – Penitenciária Estadual de Piraquara.

3 A “grosso modo”, sem desmerecer este campo riquíssimo da psicologia, esta abordagem privilegia os comportamentos valorizados na sociedade, oferecendo recompensas quando o indivíduo atingir algumas metas. Por outro lado, caso o indivíduo não apresente os comportamentos esperados, ele não recebe nenhuma recompensa. Basicamente a teoria comportamental de Skinner, um dos principais teóricos pioneiros da psicologia *behaviorista* (comportamental), trabalha com punições e recompensas. A punição não significa oferecer um sofrimento físico ao indivíduo. Antes pode significar o simples fato de tirar algo que lhe dê prazer. A punição, quando se trata de seres

Em dezembro de 2006 o Anexo passou a ser denominado Centro de Socioeducação Fênix, pelo Decreto 7663 de 15/12/2006.

Na perspectiva atual, com a direção de Esther Victoria C. M. Maurutto, o Cense Fênix vem passando por transformações importantes na proposta socioeducativa e, conseqüentemente, na forma de compreender o adolescente e seus conflitos sociais. Essa nova proposta está em construção coletiva, ou seja, ela é fruto da dinâmica de toda equipe de trabalho e tem como base o pensamento de diversos autores da pedagogia e da psicologia.

## **II. CONHECENDO O CENSE FÊNIX**

No portão de entrada do Cense Fênix há uma guarita com um policial, este responsável pela guarda do local, entrada e saída das pessoas, identificação. No setor administrativo há a sala da direção, enfermagem, sala da pedagogia, sala dos secretários de recursos humanos e banheiros de visitantes e outros dois de funcionários, além de uma cozinha e sala de espera para os visitantes.

Passando pela porta do administrativo, há uma sala para os técnicos e outras cinco salas para atendimento aos adolescentes, todas bem próximas.

A quadra poliesportiva divide o prédio onde são realizados os atendimentos e os alojamentos. São dezoito vagas para quartos individuais, sendo oito blindados. Há um banheiro para ducha em separado.

As câmeras estão em todas as salas de atendimento e em todos os lugares de traslado dos internos. As cinco salas de atendimento possuem pequenas janelas para facilitar o monitoramento dos educadores sociais que ficam no corredor. Quando há presença de adolescente, essas salas permanecem trancadas pelo lado de fora, sendo abertas somente por educadores sociais.

## **III. NOSSA POPULAÇÃO**

A população atual do Cense Fênix ainda corresponde a adolescentes que participaram de rebeliões, ou não se adaptaram em outras Unidades; ou, por motivos de segurança do próprio interno, ele precisa ficar separado do convívio.

Analisando a população do período de abril de 2009 do Cense Fênix percebe-se que 53,33% foram transferidos por motivo de rebelião em outros Censes; 40% porque não se adaptaram em outras Unidades de maior porte, portanto de convívio grupal mais intenso; e 6,66% são casos

---

humanos, tem mais a ver com o sofrimento psicológico. Bandura é também um dos autores que colaborou bastante na formulação de teorias a respeito da aprendizagem social.

relacionados à segurança do próprio adolescente (pelo tipo de delito praticado<sup>4</sup>).

Aproximando a lente para os 53.33% transferidos por motivo de rebelião e focalizando o comportamento institucional dentro do Fênix é possível afirmar que, se eles apresentavam liderança em outras instituições, no Fênix essa liderança não aparece. Cada um apresenta a sua personalidade, conflitos psico-sociais diferentes, mas os problemas são por demais parecidos: relações familiares difíceis, abuso de drogas ou dependência química, violência doméstica<sup>5</sup>, limites e regras de convivência mal estabelecidos no núcleo familiar, pobreza.

Os gráficos a seguir mostram um pouco do perfil dos adolescentes do Fênix, com o objetivo de colocar em evidência suas particularidades:

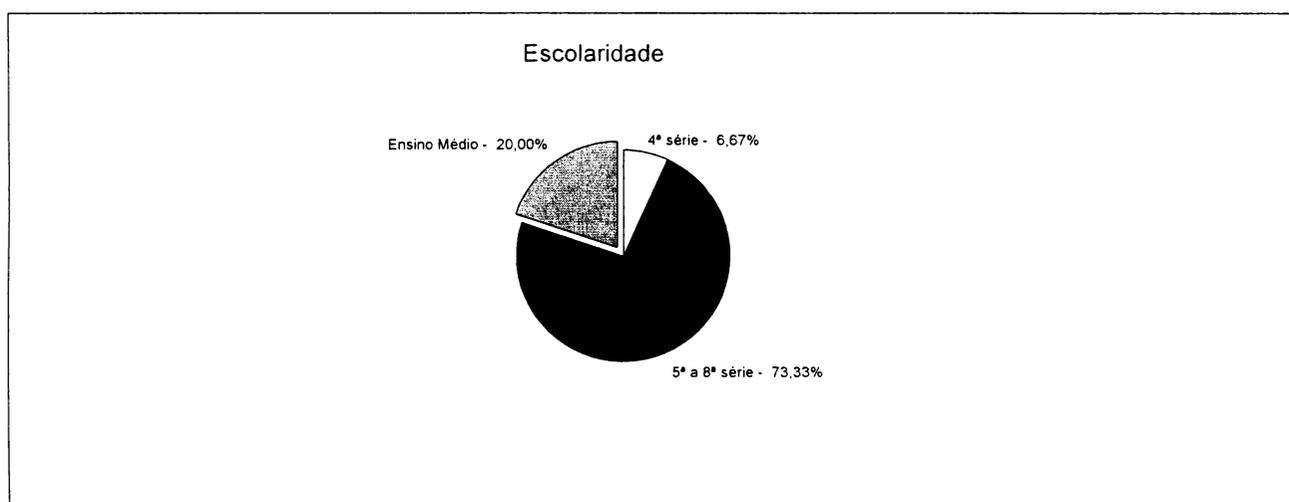


Figura 1: Escolaridade dos adolescentes do Cense Fênix - Abril/2009

4 Exemplos: estupro, matricídio. São atos condenados pelos adolescentes em conflito com a lei, assim como nas prisões de adultos.

5 Não há neste texto um constructo teórico a respeito do que seja violência doméstica. Entende-se aqui que a violência é no sentido concreto do termo, ou seja, quando o adolescente relata casos de espancamento que, no Cense Fênix, em sua totalidade, a autoria destes atos é atribuída ao pai.

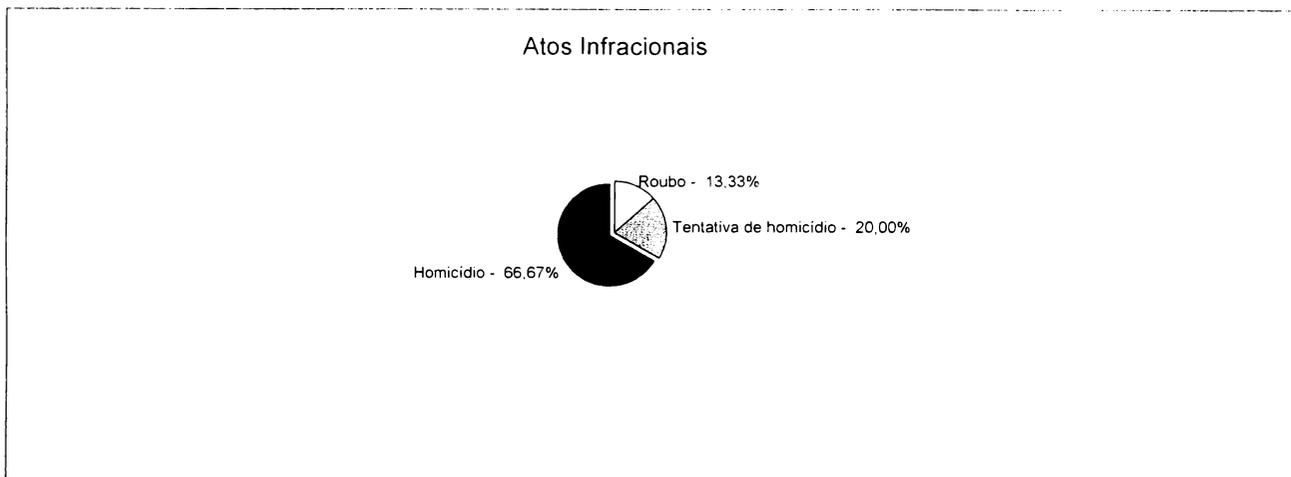


Figura 2: Atos infracionais cometidos pelos adolescentes do Cense Fênix – Abril/2009

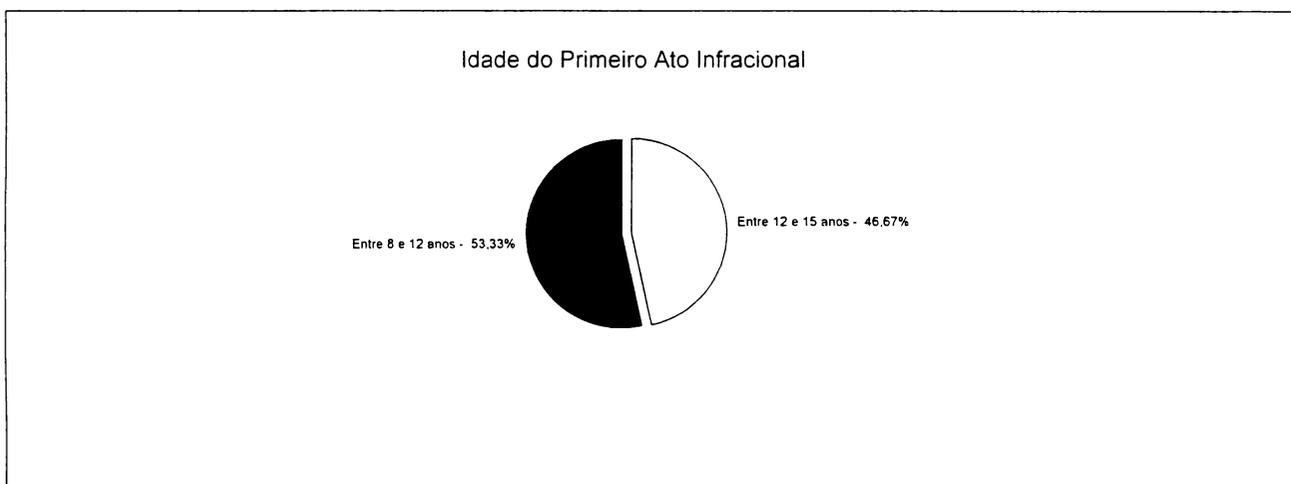


Figura 3: Idade do primeiro ato infracional cometido pelos adolescentes do Cense Fênix – Abril/2009

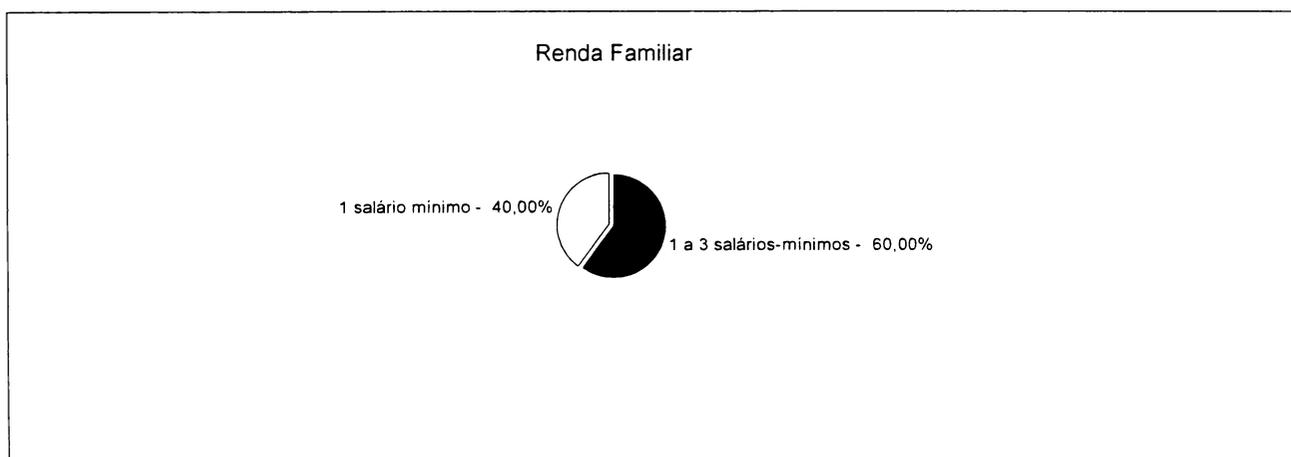
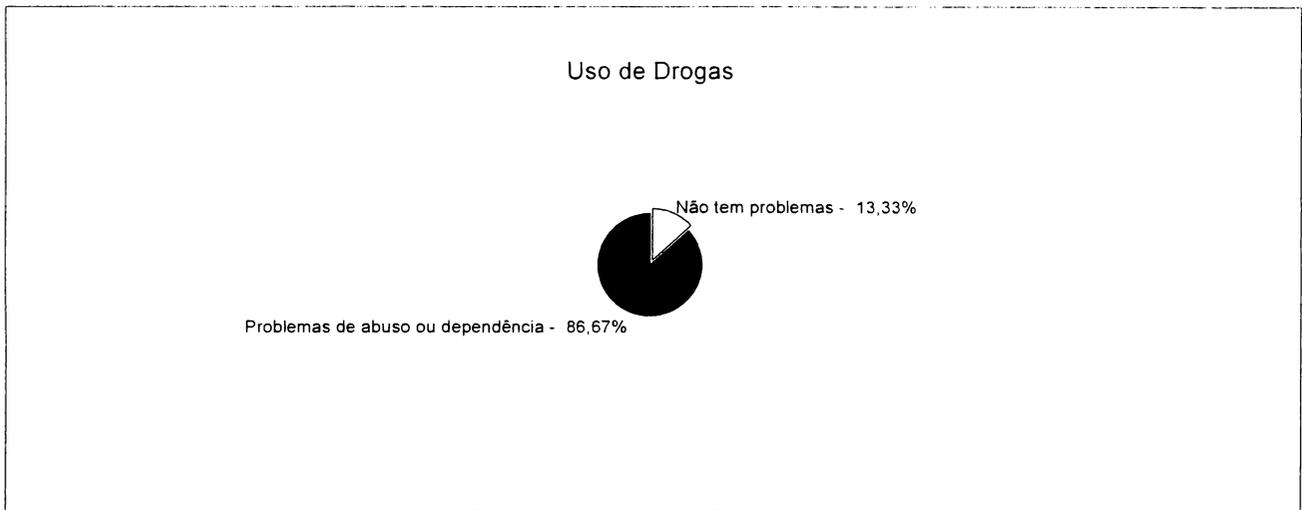


Figura 4: Renda familiar dos adolescentes do Cense Fênix - Abril/2009



*Figura 5: Uso de drogas pelos adolescentes do Cense Fênix – Abril/2009*



*Figura 6: Reconhecimento paterno dos adolescentes do Cense Fênix - Abril/2009*



Figura 7: Convivência com os pais – adolescentes do Cense Fênix – Abril/2009

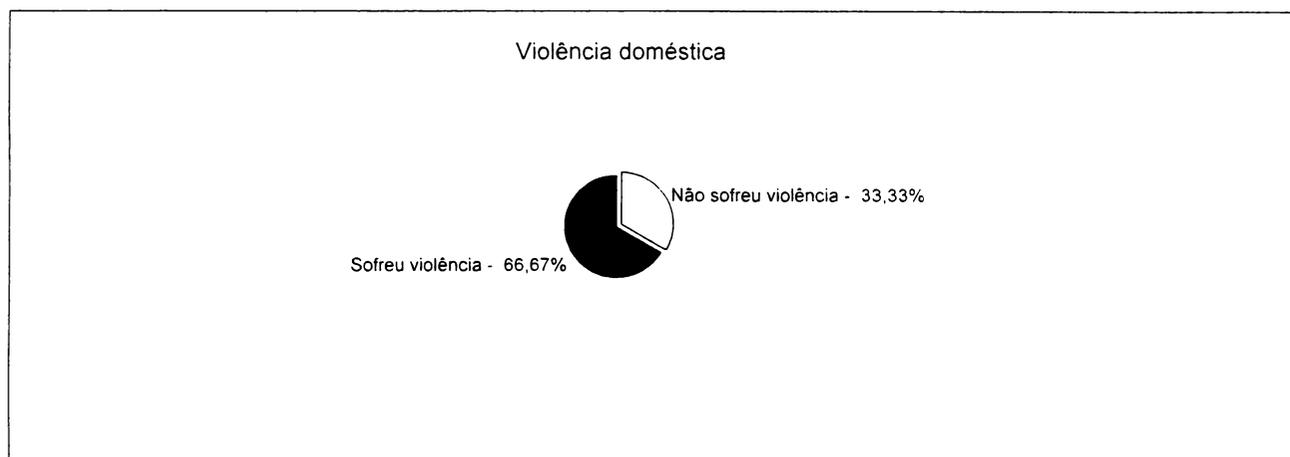


Figura 8: Violência doméstica – adolescentes do Cense Fênix - Abril/2009

Observando esses dados é interessante perceber que entre a maioria dos jovens do Fênix há um histórico de problemas relacionados à drogadição, violência doméstica, baixa renda familiar e, principalmente, a infância é marcada pelo ingresso no mundo infracional.

#### **IV. PRINCIPAIS MOTIVOS DE ENCAMINHAMENTO PARA O CENSE FÊNIX**

O adolescente que é encaminhado para o Cense Fênix sempre vem de outro Cense e, em raros casos, vem diretamente da delegacia ou de algum centro de triagem especializado em adolescentes. De certa forma, ele não vem com diagnósticos prontos que expliquem suas particularidades, aliás, não vem com nenhuma caracterização explícita, mas, nas entrelinhas, analisando os relatórios técnicos com pedido de transferência, elaborado por psicólogos, assistentes sociais, médicos, diretores, pedagogos, é possível perceber a dificuldade de trabalho com este jovem, devido à sua problemática convivência com os demais, falta de controle de impulsos, agressão às pessoas do convívio, não aderência às normas institucionais, desestabilização do grupo.

Seguem algumas transcrições literais de relatórios técnicos de pedidos de transferência:

*"(...) não demonstra ter condições de permanecer em unidade com atividades em coletivos de meninos, pois suas ameaças à equipe e aos demais adolescentes são constantes e mesmo contido revida a todos os procedimentos, não se dispõe ao diálogo e nega as tentativas de intervenção. Pelo fato deste adolescente também ter histórico de agressões e*

*tentativas de homicídio e suicídio, avaliamos que este adolescente teria melhor encaminhamento no Cense Fênix (...)*”.

*“(...) em face da conduta do mencionado adolescente, (...) concluímos que o melhor encaminhamento seria sua transferência para uma unidade menor, onde pudesse receber atendimento individualizado e ter maiores chances de sucesso na execução da medida socioeducativa (...)*”.

*“(...) dificuldade de controle da agressividade quando se sente desrespeitado. Indicado para cumprir medida em ambiente mais restrito e individualizado em decorrência do grau da reação agressiva, podendo chegar a requintes de crueldade (...)*”.

*“(...) posteriormente, sua participação como agressor (...) deixou evidente a necessidade de um atendimento mais individualizado sendo portanto viabilizada sua transferência para o Cense Fênix (...)*”.

*“(...) ao comportar-se de maneira descontrolada, onde atua com sentimento de vingança e desrespeito para com a vida do seu semelhante, sem limites de respeito na convivência social, (...) evidencia a necessidade de ser trabalhado em instituições mais restritas, no concreto, fisicamente para aprender limites necessários onde no futuro possa aprender a abstrair e refletir sobre seus atos e responsabilizar-se na ação desenvolvida na inter-relação. (...) verificamos que o adolescente apresenta perfil comportamental condizente com a proposta de trabalho desta unidade Fênix. (...) fica evidente a necessidade de um atendimento mais individualizado. (...) entende-se que com este tipo de atendimento o mesmo poderá ver a usufruir os benefícios da medida socioeducativa (...)*”.

*“(...) requer seja ressaltado que nos relatórios dos outros Censes já se tratou dessas dificuldades, cujo adolescente em questão tem demonstrado, porém que as tentativas efetuadas não deram resultado positivo (...). Esta equipe conclui, portanto, ser necessário e urgente a transferência de (...) para o Cense Fênix visto preservar sua integridade física, situá-lo em limites a partir do espaço físico e evitar um risco maior deste Cense (...)*”.

*“(...) demonstra possuir baixo limiar de frustração e pouco controle dos impulsos, o que coloca a ele e os outros em risco. (...) Em decorrência de seu processo histórico e vida*

*institucional, necessita ficar em (...) de convívio mais restrito e submeter-se a intensivo trabalho sócio-terapêutico (...)*”.

*“(...) em que pesem as medidas de segurança adotadas pelo Cense (...), acreditamos que o jovem não possui perfil para permanecer nesta Unidade e sugerimos, por cautela a sua transferência para o Cense Fênix (...)*”.

## **V. A PROPOSTA DE TRABALHO DO CENSE FÊNIX**

A proposta pedagógica do Fênix tem como sustentação a linha de pensamento de vários autores que embasam o trabalho socioeducativo, tais como Makarenko, Paulo Freire, Antonio Carlos G. da Costa. Dentro da visão destes autores, o começo do trabalho é pelo conceito de homem e de mundo:

*“Não existe pedagogia, isto é teoria que explique os fins e os meios da ação educativa, que não tenha, em sua base, proclamados ou não, um conceito de homem e um conceito de mundo”. Essas palavras de Paulo Freire nos remetem ao cerne da questão das concepções sustentadoras da construção pedagógica” (COSTA, 2001).*

Pensando assim, o Fênix inicia seus trabalhos pelo “princípio”, ou seja, pela concepção de homem adotada por Costa (2001):

*“Concebemos o homem como ser capaz de assumir-se como sujeito da sua história e da História, agente de transformação de si e do mundo, fonte de iniciativa, liberdade e compromisso nos planos pessoal e social” (COSTA, 2001).*

Partindo desta concepção de homem, a proposta pedagógica começa pelo trabalho individual. Apesar de tantos fatores sociais que atravessam o sujeito em conflito com a lei, apesar da falta de oportunidades que o atravessam também, enfim, apesar de tudo, o trabalho começa pela responsabilização do indivíduo, tendo em vista que sobre os outros fatores o jovem dificilmente exercerá controle.

Após quatro meses de internação no Fênix, o jovem é avaliado para realizar algumas atividades em dupla: primeiramente com técnicos, depois com professores e, posteriormente, caso seu comportamento esteja adequado dentro desta experiência de convívio, ele passa a realizar

algumas atividades de lazer.

O adolescente sem plano personalizado de atendimento (PPA) não ingressa em atividades em dupla por medida cautelar. Entende-se que o fato de ele não desejar, de não tentar montar um projeto de vida, pode interferir em quem está nesta tentativa. Há adolescentes que não aderem à medida socioeducativa e nem se dispõem a tentar. Essa escolha é respeitada. Há também adolescentes que regridem na proposta, voltando ao atendimento individual.

A finalidade da proposta é de que, gradualmente, planejadamente, o adolescente possa voltar ao convívio sem as mesmas reações descompensadas pelas quais veio transferido para o Cense Fênix. A intenção é sempre de retorno ao grupo. Por isso ele é encaminhado para atividades intramuros e atividades externas que estejam diretamente ligadas ao seu PPA. Nessas atividades ele vai aos poucos vivenciando novamente as regras de convivência que precisa aderir para ser aceito.

Se caminhar sozinho traz algum benefício... não há como avaliar. Se é que a solidão existe ou será que ela é possível... ainda que “só” e entre paredes 2x2. A construção de identidade é uma eterna briga entre todos aqueles que passaram pela vida do sujeito e deixaram suas marcas. São vozes que nunca se calam.

*“A construção da identidade é social e acontece durante toda, ou grande parte, da vida dos indivíduos. Desde o seu nascimento o homem inicia uma longa e perene interação com o meio em que está inserido, a partir da qual construirá não só a sua identidade, como a sua inteligência, suas emoções, seus medos, sua personalidade, etc. Apesar de alguns traços desenvolvimentais serem comuns a todas as pessoas, independente do meio e da cultura em que estejam inseridas (como é o caso, por exemplo, da menstruação nas meninas ou do nascimento dos pêlos nos meninos), há determinadas características do desenvolvimento que se diferem em grande escala quando há diferenças culturais. A construção da identidade é um desses fatores relacionados ao desenvolvimento que tem íntima, senão total, dependência da cultura e da sociedade onde o indivíduo está inserido” (LEPRE, 2008).*

Trabalhar socioeducação no Cense Fênix é se confrontar com as próprias crenças, ou seja, o que um profissional voltado para esta área espera de si mesmo. O que ele tem para oferecer ao adolescente em conflito com a lei, que já passou por outras instituições e no momento se encontra estigmatizado e precisa de um novo olhar. Quem não acreditar em mudanças, quem não apostar na juventude, não consegue enfrentar as dificuldades deste caminho.

O primeiro desafio para quem trabalha com socioeducação no Cense Fênix é tentar olhar

para o adolescente que acaba de ingressar na rotina. Sim, olhar. Olhar é mais do que ver e enxergar; é reconhecer as possibilidades de mudança. É não dar o caso por encerrado. É fazer uma recepção, ou seja, receber o jovem em conflito com a lei sem preconceitos do tipo “quantos matou?”, principalmente em um lugar em que a maioria já praticou homicídio. É mudar o foco do ato infracional em si e lançar questionamentos do tipo: “quem é esse jovem; por que se põe em risco: qual o valor ele dá à vida; aonde é que a violência cruza em sua subjetividade?”.

No caso do Cense Fênix, acolher e olhar para o adolescente é uma tarefa que exige um esforço a mais porque o jovem que chega já passou por diversas experiências mal sucedidas em outras instituições. Vem desesperançoso, desacreditado, sem perspectivas. Só o fato de receber a notícia “você está indo para o Fênix” já significa o fim da linha.

### **CRIMINALIDADE VERSUS SUBJETIVIDADE**

Não há como definir uma causa ou “a motivação” para atos infracionais. É bem provável que os déficits sociais colaborem para o crescimento da criminalidade, mas até que ponto eles estão implicados no poder de escolha do sujeito? Sabe-se que com uma renda de um salário mínimo no Brasil o poder de escolha fica bem prejudicado. Quando a oferta de trabalho é limitada, também as opções ficam reduzidas.

Independente dos fatores sociais, há de se considerar os fatores psicológicos, de subjetividade, de identidade, ou seja, quais os valores deste sujeito e como ele concebe sua realidade nos limites da cultura brasileira.

Na leitura do texto de Suely Rolnik, “novas figuras do caos – mutações da subjetividade contemporânea”, percebe-se que a subjetividade nasce de tantas vertentes que fica impossível encontrar qual a mais importante:

*“Primeiro, duas palavras acerca da noção de subjetividade. Todo ambiente sócio-cultural é feito de um conjunto dinâmico de universos. Tais universos afetam as subjetividades, traduzindo-se como sensações que mobilizam um investimento de desejo em diferentes graus de intensidade. Relações se estabelecem entre as várias sensações que vibram na subjetividade a cada momento, formando constelações de forças cambiantes. O contorno de uma subjetividade delineia-se a partir de uma composição singular de forças, um certo mapa de sensações. A cada novo universo que se incorpora, novas sensações entram em cena e um novo mapa de relações se estabelece, sem que mude necessariamente a figura através da qual a subjetividade se reconhece” (ROLNIK, 1996).*

Quando se pensa em subjetividade e conflitos com a lei a questão se desdobra em diferentes proposições. Há autores que defendem a ideia de que a falta de limite é a principal causa das motivações para atos infracionais, abuso de substâncias psicoativas, etc. Mas como saber qual é o limite “correto” ou “suficiente” para cada situação?

Não há “causa única” e nem como “cortar o mal pela raiz” quando se trata de conduta humana, visto que as motivações são complexas. A favor deste argumento Chiavenato traz o conceito de homem complexo, à luz da teoria da contingência, que compreende cada pessoa como um mundo à parte, uma realidade distinta das demais. Nada é absoluto, nem perfeito. Tudo é relativo, tudo é contingente. As pessoas são melhor compreendidas quando situadas em seu contexto e nas situações com que interagem continuamente.

*“O conceito de homem complexo pressupõe que, em suas transações com o ambiente organizacional, os indivíduos sejam motivados por um desejo de usar suas habilidades de solucionar problemas ou de dominar os problemas com os quais se defrontam, ou, em outros termos, que se esforcem para dominar o mundo externo. No sistema particular de personalidade individual, o padrão de valores, de percepções e de motivações é o resultado da interação das características biológicas do indivíduo com a experiência de desenvolvimento que o indivíduo acumula desde a infância até a vida adulta. A variabilidade de experiências faz com que cada sistema individual se desenvolva diferentemente. Também os problemas que aparecem frente aos indivíduos variam infinitamente” (CHIAVENATO, 2000).*

## **INDIVÍDUO VERSUS GRUPO**

Levando em consideração esses argumentos a respeito da subjetividade e da questão organizacional, é interessante perceber que os adolescentes do Cense Fênix, em sua maioria oriundos de crises em outros Censes, são olhados como “os líderes”, “os responsáveis”. Este tipo de olhar tira da instituição a responsabilidade pelos fatos; retira do contexto organizacional e coloca no indivíduo a autoria de um movimento que é grupal.

Em crises institucionais não existe “o culpado”, mas de algum modo as pessoas ocupam papéis em que o cenário se estabelece. O mesmo adolescente que estava “pronto para matar ou morrer” nas rebeliões é o mesmo que, no contexto individual, está receptivo para tentar entender seus problemas e se sente mais tranquilo pelo fato de não ter que responder ao grupo. Na

individualidade, o jovem ganha a liberdade de mostrar suas fraquezas e de tentar superá-las. Esse não é um argumento fácil de se encontrar nas teorias psicológicas, mas sim na observação dos profissionais e internos assistidos no Cense Fênix:

*“sozinho a gente pensa mais, no sentido de refletir. Quando a gente tá lá em quatro num alojamento, fica falando “o bagulho é louco”, “é nois”, “é junto até o fim” “ (palavras de um adolescente em atendimento técnico).*

Há fortes teorias da sociologia, pedagogia, psicologia, enfim, filosofia, defendendo a importância do convívio grupal para o aprendizado de regras sociais, mas percebe-se que esses adolescentes que são transferidos para o Fênix não se adaptaram a instituições de médio ou grande porte. No convívio grupal, muitas vezes o adolescente se vê limitado em suas escolhas porque de certa forma elas passam pelo grupo, pela aceitação, identificação, questões afetivas. Nesse sentido o Fênix pode representar um momento em que o jovem tem a possibilidade de fazer suas escolhas sem as influências do grupo maior.

Os pensamentos de ACKERMAN (1986) ajudam a entender os entraves do indivíduo versus grupo:

*“Os problemas de assimilação da personalidade às exigências do papel precisam ser avaliados à luz de uma tendência particular em nossa cultura; ou seja, o grau incomum de tensão e ansiedade que acompanha o esforço de adaptação social. As relações de pessoa e sociedade em nosso tempo são caracterizadas por uma confusão de normas, por uma falta de clareza quanto ao que a sociedade espera do indivíduo no cumprimento de papéis sociais. Com isso está associada uma tendência comum à solidão. Sentimentos hostis, competitivos são excessivamente estimulados, e a necessidade de defesas contra a fuga dessas emoções é muito grande. Uma das principais características em nossa sociedade é o isolamento emocional do indivíduo e a falta de segurança na vida em grupo. A necessidade de pertencer ao grupo é profunda, mas a frustração dessa necessidade é vasta. Isso parece ser uma das manifestações, em nossa sociedade, dos padrões competitivos da organização grupal e de tensões intergrupais exageradas, mas é também, parcialmente, uma expressão de um tipo particular de evolução da personalidade individual em nosso grupo cultural a partir da infância”.*

EISENSTADT (1976), a respeito do grupo, expõe:

*“(...) para o adolescente, embora o grupo seja um importante ponto de articulação de sistemas de personalidade e social de seus membros, nem sempre têm um caráter integrativo, ou está a serviço de promover a integração da personalidade, a solidariedade e a continuidade do sistema social. Pode-se tornar foco potencial de anormalidades ou de propostas de transformação social, o que traz à tona o caráter potencialmente problemático de grupos juvenis e da própria juventude como condição chave para o processo de transmissão de herança social”.*

O momento de ingresso do adolescente no Fênix e o desenrolar de sua construção de identidade, longe do grupo, fora da pressão, é marcado pela ausência de palavras para expressar os sentimentos: “não sei; sei lá; não sei por que estou aqui; só sei que daqui é difícil sair; a caminhada aqui é sozinho”. Aquele “outro”, seu semelhante, seu igual, fica abafado no Fênix, e torna compulsória a busca por novas referências e novas formas de se relacionar com o grupo de profissionais que o atenderá, tendo em vista que a convivência com seu semelhante, ou seja, um adolescente da mesma idade, acontecerá em fases mais adiantadas da proposta pedagógica.

## **VI. A ROTINA**

### **1. RECEPÇÃO**

É um conjunto de procedimentos que visa realizar a acolhida e integração do adolescente<sup>6</sup>. No CENSE Fênix este período caracteriza-se pelo atendimento exclusivamente individual e segue os seguintes passos, descritos no Projeto Pedagógico:

#### **1.1 ACOLHIMENTO**

1.1.1. Procedimentos realizados na chegada do adolescente:

- Recebimento do adolescente pelo educador social;
- Conferência da documentação pela Assistente Social;
- Encaminhamento para a sala de atendimento;
- Revista minuciosa
- Identificar condições físicas do adolescente;
- Entrega e leitura da cartilha do adolescente com a rotina de trabalho da unidade e os direitos e deveres do educando;
- Conferência e guarda dos pertences;
- Encaminhamento para os procedimentos de higiene e alimentação;
- Acomodação em alojamento;
- Comunicação à família;

<sup>6</sup> Cadernos do IASP – *Práticas de Socioeducação*, Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2007: páginas 42-45.

1.1.2.Procedimentos realizados no dia seguinte à chegada do adolescente

- Atendimento técnico/saúde;
- Notificação à comarca de origem;

## **1.2. ROTINA DOS ADOLESCENTES EM RECEPÇÃO**

### **1.2.1. Nos primeiros 15 dias:**

- Banho de sol individual (algemado);
- Atendimento técnico diário (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Enfermagem (algemado));
- Atendimento médico
- Oficina de saúde.

### **1.2.2. Após 15 dias:**

- Telefonema para família;
- Visitas familiares;
- Inserção na escola/ PROEDUSE;
- 3 atendimentos técnicos semanais (Serviço Social; Psicologia e Pedagogia);
- Banho de sol;
- Oficinas de artesanato com educadora social
- Atividades de lazer;
- Atendimento médico/odontológico/enfermagem;

## **2. ESTUDO DE CASO**

No período de 2 meses de recepção, a equipe técnica deve realizar estudo de caso para conhecer o adolescente, a fim de traçar estratégias de ação socioeducativa. É um procedimento que segue os seguintes passos:

- a) Análise do processo judicial;
- b) Avaliações pedagógicas e de saúde;
- c) Entrevistas sociais e psicológicas;
- d) Sondagem de aptidões e interesses;
- e) Integração das avaliações do período dos diversos setores do CENSE;
- f) Avaliação sobre aptidão para atividades culturais e de lazer dentro do CENSE..

## **3. PLANO PERSONALIZADO DE ATENDIMENTO (PPA)**

Até o 4º mês o PPA deve ser realizado, visto que no primeiro relatório informativo este PPA deve ser encaminhado ao juiz.

## **4. ATIVIDADES EM GRUPO**

No 5º mês o adolescente deve ser avaliado se está apto ou não para atividades em grupo

(máximo 2 pessoas). Ressalta-se que as atividades em dupla iniciam pela equipe técnica, com três encontros, para em seguida as duplas serem avaliadas para as demais atividades.

O adolescente que não possuir PPA não poderá ingressar em atividade grupal.

## **5. ATIVIDADES INTRA-MUROS**

São atividades relacionadas à oficina de jardinagem e considera-se um passo importante no processo socioeducativo, visto que só está apto para esse tipo de atividade o adolescente que estiver avançado no processo, ou seja, com bom comportamento e PPA elaborado.

## **6. ATIVIDADES EXTERNAS**

O adolescente realiza atividades externas no sentido de concretizar os objetivos estipulados em seu PPA. A saída pode ter o objetivo de conhecer um local onde ele irá morar quando desinternado; aproximação da família; confecção de documentos; participação em oficinas realizadas por instituições vinculadas ao Cense Fênix. A atividade pode ser o simples fato de ir conhecer uma agência de trabalho para saber utilizar os recursos sociais. Esta é uma etapa final da proposta e um dos objetivos é a preparação gradual para o desinternamento. Somente com autorização judicial é que essas atividades podem ser realizadas, devido à complexidade processual do adolescente.

## **VII. CONSELHO DISCIPLINAR**

O conselho disciplinar atua em todas as fases do processo socioeducativo, avaliando se o jovem está apto para atividades em grupo, se deve retroceder ou mudar de dupla, se precisa de atividade externa, se é benéfico participar de algum curso ou oficina, como atuar junto à família ou conselho tutelar, enfim, o conselho decide com o adolescente todas as formas de ação e encaminhamento.

## **VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há de se considerar que não é fácil romper com o passado sem passar por dificuldades e crises. O Fênix experimentou momentos de crise e vazios quando na verdade estava quebrando os paradigmas até então estabelecidos. A nova fase é de construção de propostas de trabalho socioeducativo. Isto não significa negar tudo o que já foi feito e criado. A psicologia comportamental contribuiu muito para a compreensão do sujeito, mas, como qualquer teoria sustentável, ela não dá conta de explicar sozinha toda a complexidade que é o comportamento humano.

A adolescência é marcada por grandes transformações de forma a colocar em prova o aprendizado do jovem até aquele momento, um aprendizado sobre o que é viver e como viver.

Quando se analisa os internos do Fênix pode-se perceber que seus problemas não diferem muito de qualquer outro adolescente, mesmo daqueles que nunca cumpriram medida socioeducativa.

Os adolescentes do Fênix não conseguiram se adaptar em Censes de maior porte e convívio grupal mais intenso. Por toda a problemática que vivenciaram desde a infância e também pela falta de políticas de prevenção, criou-se um contexto que favoreceu a conduta infracional. Por outro lado, não se pode tirar a responsabilidade do indivíduo: o jovem tem o poder de escolha.

É no sentido de privilegiar o poder de escolha que o Cense Fênix apresenta uma forma de trabalho que inicia pelo atendimento individual. Quando se tira o adolescente do convívio grupal, ele perde muitas vivências, mas ganha a oportunidade de optar pelo “seu” projeto de vida, sem precisar prestar contas a um grupo que lhe cobra atitudes que ele não gostaria de praticar. Ou, tal é a forte liderança do jovem, que essa força precisa ser canalizada para longe do grupo, para ele próprio.

O indivíduo no grupo ofusca sua personalidade porque a responsabilidade dos atos se dissolve entre as pessoas. O grupo camufla a real identidade do indivíduo. Um sujeito em construção de identidade, como é o caso do adolescente, sente-se pressionado a assumir papéis neste grupo. Por outro lado, o grupo, ao mesmo tempo que se torna um entrave para a manifestação da verdadeira identidade, também é o único meio pelo qual o indivíduo se torna social, pois ele jamais aprenderia conviver sem o convívio de fato.

É tentando romper com os estigmas e rótulos construídos a partir do desconhecimento da problemática socioeducativa que o Cense Fênix está desenhando um novo projeto pedagógico, com a concepção de que o adolescente em conflito com a lei é um sujeito capaz de se reconhecer como autor de sua vida, e, principalmente, um sujeito com poder de escolha, ainda que seus atos infracionais sejam de muita repercussão e comoção social, ou, ainda que tenham perdido a infância tão precocemente.

## **IX. REFERÊNCIAS**

ACKERMAN, N.W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, A. C. G. da. **Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001. 2ª ed.

EISENSTADT, S.N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva. 1976.

FERNANDES, J.C. **Fênix coloca meninos entre o choque e o tratamento intensivo.** Curitiba: MP na Imprensa, <http://celepar7cta.pr.gov.br/mppr/noticiamp.nsf>, Fonte: Gazeta do Povo, 2006.

LEPRE, R.M. **Adolescência e construção da identidade.** São Paulo: Academia Brasileira de Psicologia, <http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl36.htm>, 2008.

RAMOS, M.F. **Jovens privados de liberdade apostam na comunicação.** Curitiba: Ação Voluntária, <http://www.acaovoluntaria.org.br/noticia.asp?id=11>, Fonte: Ciranda, setembro/2007.

ROLNIK, S. **Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea.** Texto apresentado em mesa redonda no III Congresso Internacional Latino-Americano de Semiótica. PUC-SP, São Paulo, 04/09/1996.

## **X. EQUIPE DE TRABALHO DO CENSE FÊNIX**

## CARTILHA DO ADOLESCENTE

# CENSE FÊNIX

2010

### MEDIDA DE INTERNAÇÃO

A Internação é a medida privativa de liberdade aplicada como resultado de processo judicial, quando o ato infracional foi praticado mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou quando houve reincidência no cometimento de outras infrações. Sua duração pode ser mantida de 6 meses até 3 anos, com avaliação periódica, a cada 6 meses, conforme estabelece o artigo 121 do ECA.

### OBJETIVOS

- Promover o atendimento dos educandos através de ações, socioeducativas;
- Zelar pela integridade dos educandos;
- Preparar os educandos para o convívio social, como pessoas cidadãs.

### RECEPÇÃO

A recepção constitui-se em um conjunto de procedimentos direcionados para realizar a entrada do adolescente no Centro de Socioeducação.

Após procedimento de identificação o educando será encaminhado para higiene (banho, corte de cabelo e unhas), receberá uniforme e em seguida receberá a **Cartilha do Educando**.

O educando permanecerá por um período de 2 meses em recepção. Nos primeiros 15 dias terá entrevistas com educadores, profissional de saúde, técnicos, professores e uma quadra diária. As aulas iniciam na terceira semana de recepção.

Ao completar 2 meses, o Conselho Disciplinar definirá sua inserção nas atividades culturais e de lazer dentro do CENSE.

## **DIREITOS E DEVERES**

### **DIREITOS**

- Ser tratado com respeito e dignidade;
- Receber visitas;
- Corresponder-se com seus familiares;
- Ter acesso a objetos necessários a higiene e asseio pessoal;
- Receber escolarização;
- Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- Receber assistência religiosa;
- Manter seus pertences guardados mediante controle;
- Receber atendimento médico, psicológico, odontológico e farmacológico;
- Receber orientação sobre sua situação processual.
- Receber visita de advogado.

### **DEVERES**

- Respeitar os funcionários, educandos, visitas e colaboradores;
- Obedecer as determinações dos educadores sociais e técnicos para o cumprimento das normas, inclusive dietas e recomendações médicas;
- Respeitar a si mesmo e aos seus pertences;
- Fazer sua higiene pessoal diariamente;
- Cuidar do vestuário sob seu uso;
- Respeitar o ambiente onde convive educandos e educadores sociais;
- Ter conduta adequada durante as atividades em geral, respeitando os direitos individuais e normas que preservam a segurança;

- Preservar objetos e móveis do CENSE;
- Manter arrumado e devidamente limpo seu alojamento;
- Acordar e recolher-se no horário previsto;
- Executar e respeitar o horário determinado das tarefas de rotina;
- Recolher-se e fazer silêncio no horário previsto.

### **NORMAS BÁSICAS DE CONVIVÊNCIA NO CENSE**

- Respeito para com todos: educandos, educadores, e demais funcionários;
- Respeito para com as pessoas que vem a unidade: visitas, familiares, policiais, funcionários de outros locais;
- O educando será conduzido algemado para as atividades. Quando em atendimento externo deve estar algemado e colocado o marca-passo;
- A atividade externa, alcançada na progressão, deverá ser realizada sem o uso de algemas e marca-passo, que serão retirados no portão;
- Antes das atividades diárias, os educadores orientarão sobre a importância do auto-controle. O educando ao ir para atividade assume o compromisso de respeitar as normas;
- No alojamento do educando só poderá haver: giz, colchão, toalha, manta, lençol, par de chinelos, roupas de uso pessoal, fotos, cartas, material escolar e de higiene ofertado pelo CENSE; dois livros literários; caneca e colher.
- A revista minuciosa pode ser realizada diariamente ou quando necessário pelos educadores sociais e o educando será responsabilizado por danos, desaparecimento ou posse de objetos não autorizados;

- Pertences de educandos como colher, escova de dentes, aparelho de barbear, cortador de unhas serão substituídos mediante apresentação e recolhimento do objeto danificado;
- O repasse de qualquer objeto deve obedecer a ordem: educando para educador social;
- É proibido fazer repasse, troca de livros e/ou qualquer outro material (exceto as peças de origami) entre educandos/alojamentos;
- Solicitar o kit faxina para realizar a limpeza do alojamento;
- O educando receberá semanalmente o aparelho de barbear e cortador de unhas
- Corte de cabelo, barba e unhas são obrigatórios;
- Permitido o repasse apenas de peças de origami entre os educandos durante o plantão do dia e proibido no plantão da noite;
- É proibido qualquer tipo de varal dentro dos alojamentos;
- É proibido colagens de desenhos e trabalhos nas paredes dos alojamentos;
- É proibido CDs nos alojamentos;
- O lápis será entregue cortado ao meio;
- É permitido apenas o refil (carga) da caneta nos alojamentos.

#### **CONSELHO DISCIPLINAR**

O Conselho Disciplinar é composto por representantes de todos os setores do CENSE.

Nas reuniões do Conselho Disciplinar são discutidos, assuntos relacionados às medidas disciplinares; transferências de alojamento; atividades especiais na unidade; alterações ou criação de normas e procedimentos do CENSE.

#### **MEDIDAS DISCIPLINARES (MD)**

São medidas educativas adotadas pelo CENSE Fênix em decorrência de comportamentos inadequados apresentados pelo educando, prejudiciais ao seu convívio, e caracterizam-se por um conjunto de ações socioeducativas que visam o fim destes comportamentos e a prevenção dos mesmos.

Quando em M.D. o educando permanecerá algemado no atendimento técnico. O atendimento técnico ao educando em medida disciplinar será realizado na presença de educadores sociais para analisar sua conduta, com tempo reduzido.

#### **Níveis das Medidas Disciplinares**

- **Leve:** é aplicada pelo educador social.
- **Média, Grave e Gravíssima:** o educando permanecerá em seu alojamento e será realizado Conselho Disciplinar para aplicar as medidas avaliadas como adequadas.

#### **Importante:**

Sempre que necessário o educando ficará algemado em sua cela com algemas de mão e marca-passo.

Nos eventos em que se avaliar necessário, este CENSE fica interditado, sem atividades, para procedimentos relativos à ocorrência, cabendo ao conselho disciplinar definir o retorno de atividades e demais procedimentos. A contagem da MD passa a vigorar para os educandos após o término do período de interdição do CENSE.

### **NORMAS VISITA**

- O Educando receberá a 1.ª visita a partir de 15 dias de recepção.
- É autorizado apenas a visita de familiares.
- Toda a visita deve ser credenciada mediante a apresentação de documentação.
- Todos os visitantes, inclusive as crianças e bebês, produtos e objetos, destinados aos educandos, que entrarem neste CENSE deverão ser revistados.
- A visita terá duração máxima de duas horas para os que residem na Comarca de Curitiba e Região Metropolitana e para os visitantes de outras localidades será das 9h00 às 16h00.
- Não será permitida a entrada de visitantes quando houver determinação judicial impedindo e/ou por decisão familiar.
- Não será permitida a entrada de produtos de higiene, roupas, gorros, meias, luvas, tênis, chinelos, bonés.
- Fotos, cartas, trazidos pelos visitantes, serão recebidos pelo educador social, que fará a revista e passará à equipe técnica, sendo terminantemente proibido a entrega diretamente ao educando.
- Será permitido lanche em quantidade adequada ao tempo de visita. As sobras serão devolvidas à família.
- Livros e CDs poderão ser recebidos apenas como doação e destinados ao CENSE.
- É proibido tirar fotos durante a visita.
- O educando não poderá escrever nada durante a visita.
- Proibido o repasse de colchões e cobertores na sala de visitas.

### **VISITA DE ADVOGADO**

- O advogado tem acesso ao centro no horário de expediente somente com autorização da direção. O advogado autorizado a entrar no centro deve estar constituído em autos ou apresentar procuração da família do educando.

Atualizado 28/09/10